



A Estratégia do Grupo de Banco Africano de Desenvolvimento para São Tomé e Príncipe

Neima Abinande Barreto Ferreira

Relatório de Mestrado em Economia

Orientada pelo

Prof. Doutor Hélder Manuel Valente da Silva

Mestre Issa Koussoube

Outubro 2010

“I cannot imagine a situation where corruption helps the poor or the rich”

Donald Kaberuka
President of the African Development Bank Group

Nota Biografia

Neima Ferreira¹ nasceu no dia 26 e Julho de 1982, na Guiné-Bissau. Filha de Adriano Gomes Ferreira (guineense) e de Filomena Barreto Ferreira (cabo-verdiana). Licenciada em Gestão pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto, em 2007. Actualmente está a desempenhar funções como Consultora na sede do Banco Africano de Desenvolvimento em Tunes, Tunísia.

¹ Neima.barreto@gmail.com

Agradecimentos

Ao Professor Doutor Hélder Valente da Silva pela confiança, disponibilidade, apoio académico e as, indispensáveis orientações.

Um especial obrigado pela grande e excelente ajuda e incentivo durante a realização deste mestrado ao Professor Doutor Paulo Vasconcelos e ao Professor Doutor Óscar Afonso.

À AICEP Portugal Global, que me deu a oportunidade de ter uma experiência ao nível internacional e numa instituição de grande prestígio.

À toda equipa do departamento regional da África Ocidental em especial ao meu supervisor Mestre Issa Koussoube, pelo excelente apoio durante a realização do estágio.

Ao Dr. Flávio Soares da Gama e Dra. Helga Peres, pelo carinho e pelo apoio manifestado, que permitiu reunir condições que muito me ajudaram a vencer estes seis meses de trabalho intenso.

Ao Dr. Artur Cima, pelo acolhimento e integração no Banco e em Tunes, pela orientação, pelo apoio nos momentos bons e maus, e pela sua amizade.

Aos meus pais e a minha família, pelo estímulo e apoio incondicional desde a primeira hora, pela paciência e grande amizade com que sempre me ouviram, e sensatez com que sempre me ajudaram.

Aos meus amigos que em diversos momentos me souberam incentivar para continuar.

Resumo

A crise financeira mundial trouxe grandes desafios para a África, representando um sério revés para o continente uma vez que ocorre num momento em que o continente está a fazer progressos tanto no desempenho como na gestão económica.

Neste contexto, o principal problema que São Tomé e Príncipe e a maioria dos países africanos enfrentam é de encontrar os meios para gerir a crise para que ela não reduza os progressos realizados desde o início do novo milénio e não frustre as perspectivas da concretização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODMs).

Para tal, torna-se necessário proporcionar assistência aos países de modo a dota-lo de meios adequados de forma a permitir que estes possam fazer face aos efeitos do abrandamento da economia mundial. E igualmente primordial proteger os grupos vulneráveis onde se insere São Tomé e Príncipe.

Este relatório procura demonstrar o papel do Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento e como este, através dos seus instrumentos operacionais, dá resposta às necessidades enfrentadas pelo país, concentrando a sua assistência em estratégias e actividades com vista ao aumento do crescimento económico e da redução da pobreza em São Tomé e Príncipe.

Nesse sentido a explanação que se segue, reflecte igualmente sobre o processo de elaboração do documento de estratégia país para São Tomé e Príncipe que decorreu durante o período da realização do estágio.

Palavras-Chave

Banco Africano de Desenvolvimento

Desenvolvimento Económico

Estratégia

São Tomé e Príncipe

Abstract

The global financial crisis has brought new challenges to Africa. Its occurrence has compromised the continents several progresses made at different levels including at macroeconomic levels. Within these circumstances, the main concerns for São Tomé e Príncipe as a fragile state and other African countries is to seek ways and elaborate strategy on how to effectively manage the impact of the crisis in order to preserve the progress that has already been made as well as towards achieving the Millennium Development Goals.

This report appraises the catalytic role of the African Development Bank (hereafter the Bank) towards development in Africa in particular São Tomé e Príncipe (STP). The report centre's its focus on Country Strategy Paper (CSP) as an instrument and channel used by Bank to support its Regional Member Countries (RMC). Such strategy intends to assist STP in the policy implementation towards attaining sustainable economic growth and consequent poverty reduction.

In light with the above, the following narration describes the strategic discussion towards the design of the CSP for STP which had occurred during the period of my internship.

Key words

African Development Bank

Economic Development

Strategy

Sao Tome and Principe

Índice

Biografia	iii
Agradecimentos	iv
Resumo	v
Abstract.....	vi
Introdução	1
Capítulo I - Enquadramento Teórico.....	2
1.1. Desenvolvimento.....	2
1.1.1. Origem do conceito e as últimas teorias	3
1.2. Bancos Multilaterais de Desenvolvimento.....	8
1.2.1. Papel dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento no desenvolvimento e crescimento económico em África.....	9
Capítulo II - São Tomé e Príncipe.....	11
2.1. Contexto Económico.....	12
2.2. Contexto Político.....	19
2.3. Contexto Social	22
Capítulo III – Papel do Banco Africano de Desenvolvimento no Desenvolvimento de São Tomé e Príncipe	23
3.1. O Grupo Banco Africano de Desenvolvimento	23
3.1.1. Como trabalha o Banco Africano de Desenvolvimento	24
3.1.2. Estratégia de Médio Prazo (MTS) do Banco Africano de Desenvolvimento	25
3.1.3. Departamento Regional e de Países	26

3.1.4. Documento de Estratégia dos Países (CSP).....	27
3.2. Relação entre o Grupo Banco Africano de Desenvolvimento e São Tomé e Príncipe	28
3.2.1. Justificação para o Aumento de Ajuda à São Tomé e Príncipe	29
3.3. Missão de preparação da Estratégia Interina de Assistência do Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento para São Tomé e Príncipe	32
3.3.1. Problemas chaves da economia e oportunidades de desenvolvimento.....	33
3.4. Análise do Impacto do Documento Estratégico de País do Grupo Banco Africano de Desenvolvimento	35
3.4.1. CSP 2005-2009	35
3.4.2. Estratégia Futura – A abordagem do Pilar.....	39
3.5. Actividades desenvolvidas no âmbito do estágio curricular	40
Capítulo IV – Conclusão	42
Anexos	47
Anexo I: Indicadores Socioeconómicos de São Tomé e Príncipe	47
Anexo II: Ajuda Externa.....	48
Anexo III: Evolução de São Tomé e Príncipe em relação aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.....	49
Anexo IV: Classificação do CPIA São Tomé e Príncipe 2007-2009	50

Índice de Figuras e Quadros

Figura 2: Crescimento do PIB Real e do PIB Per Capita (USD/PPA a preços actuais)..	13
Figura 3: Constituição para o PIB em 2008.....	15
Figura 4: Crescimento, inflação e a Balança Corrente	36
Quadro 1: Finanças Públicas (em percentagem do PIB)	18
Quadro 2: Sectores de intervenção dos doadores bilaterais e multilaterais em STP	30
Quadro 3: Análise SWOT.....	35
Quadro 4: Áreas de intervenção do CSP 2005-2009	37
Quadro 5: Evolução de indicadores adoptados para o período 2005-2009	38
Quadro 6: Indicadores de Desenvolvimento.....	47
Quadro 7: Resumo das principais áreas de intervenção dos parceiros de desenvolvimento de São Tomé e Príncipe	48
Quadro 8: Ajuda Oficial de Desenvolvimento (ODA) para São Tomé e Príncipe pelos doadores em 2008	48

Lista de Acrónimos

APD	Ajuda Pública ao Desenvolvimento
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
BCIE	Banco Centro-Americano de Integração Económica
BCSTP	Banco Central de São Tomé e Príncipe
BEI	Banco Europeu de Investimento
BID	Banco Islâmico de Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
BMD	Bancos Multilaterais de Desenvolvimento
BNI	Banco Nórdico de Investimento
BOAD	Banco Leste-Africano de Desenvolvimento
CAD	Comité de Ajuda ao Desenvolvimento
CAF	Corporação Andina de Fomento
CDB	Banco Caribenho de Desenvolvimento
CE	Comissão Europeia
CPIA	Avaliação Institucional e Políticas de Países
CSP	Country Strategy Paper
CST	Companhia Santomense de Telecomunicações
EADB	Banco Leste-Africano de Desenvolvimento
ECF	Instrumento de Crédito Prolongado
EIU	Economist Intelligence Unit
EMAE	Empresa de Água e Electricidade
ENRP	Estratégia Nacional de Redução da Pobreza
ESW	Estudos Económicos e Sectoriais
EU	União Europeia
FAD	Fundo Africano de Desenvolvimento
FAO	Food and Agriculture Organization
FED	Fundo Europeu de Desenvolvimento
FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
FMI	Fundo Monetário Internacional
FND	Fundo Nórdico de Desenvolvimento
FRPC	Facilidade para a Redução da Pobreza
HIPC	Heavily Indebted Poor Countries
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano

IEG	Índice de Equidade de Género
IFM	Instituições Financeiras Multilaterais
IPH	Índice de Pobreza
LIC	Low Income Country
MDRI	Multilateral Debt Relief Initiative
MIC	Países de Rendimento Médio
MLSTP	Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe
MNECC	Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades
MTS	Medium Term Strategy Paper
NAO	National Oil Account
NTF	Trust Fund da Nigéria
OIT	Organização Internacional de Trabalho
ONG	Organizações Não Governamentais
OPEP	Organização de Países Produtores de Petróleo
OCDE	Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico
ORCE	Operation Regional Central Africa
OREA	Operation Regional East Africa A
OREB	Operation Regional East Africa B
ORNA	Operation Regional North Africa A
ORNB	Operation Regional North Africa B
ORP	Observatório da Redução da Pobreza
ORWA	Operation Regional West Africa A
ORWB	Operation Regional West Africa B
PEFA	Public Expenditure Financial Accountability
PMD	Países Menos Desenvolvido
PMR	Países Membros Regionais
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRGF	Programa de Financiamento para Redução da Pobreza
PSDRP	Plano Estratégico de Desenvolvimento e de Redução da Pobreza
STP	São Tomé e Príncipe
USD	United States Dollar

Introdução

O presente trabalho consiste no relatório de estágio, elaborado como parte integrante e conclusivo dos meus estudos do 2º ciclo, conducentes à obtenção o grau Mestre em Economia, ministrado pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto. Este relatório de estágio reflecte os conhecimentos e competências adquiridas na parte curricular do referido Mestrado e no estágio curricular que decorreu no Banco Africano de Desenvolvimento em Tunes, Tunísia, com uma duração de 6 meses (Janeiro a Junho de 2010). A forte interligação entre o meu *background* académico e os termos de referência do estágio permitiram o cumprimento com sucesso das tarefas que foram sendo suscitadas ao longo do referido estágio.

Este relatório de estágio foi elaborado com base nas consultas de fontes bibliográficas, manuais de procedimentos e de recolha de dados, procurando dar uma visão acerca dos principais aspectos determinantes do desenvolvimento económico, com base nas teorias do desenvolvimento. O relatório visa também elucidar as políticas da entidade do acolhimento e realçar a sua importância para o desenvolvimento do país.

O relatório de estágio está organizado em quatro capítulos. No primeiro capítulo, denominado por “enquadramento teórico”, é feita uma abordagem teórica e uma revisão bibliográfica sobre o desenvolvimento económico como área disciplinar (concepção, evolução e últimos desenvolvimentos teóricos), o papel dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento no desenvolvimento e crescimento económico em África. No segundo capítulo é feita uma breve caracterização socioeconómica de São Tomé e Príncipe. O terceiro capítulo, é constituído pelo desenvolvimento do relatório, descrição das actividades do Grupo do Banco, as actividades do departamento onde decorreu o referido estágio como ponte de ligação entre o Banco e São Tomé e Príncipe, e finalmente, a descrição das actividades que desenvolvi no âmbito da sede do Banco Africano de Desenvolvimento em Tunes, Tunísia. O quarto capítulo apresenta-se as principais conclusões.

Capítulo I - Enquadramento Teórico

Este capítulo tem como objectivo fazer uma revisão de literatura sobre os conceitos fundamentais para o desenvolvimento do relatório, bem como para o entendimento do papel dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento no desenvolvimento e crescimento económico dos países em desenvolvimento em África.

1.1. Desenvolvimento

O desenvolvimento económico pode ser visto como um conceito multi-dimensional complexo que envolve melhorias no bem-estar humano. A sua caracterização não se restringe ao crescimento da produção de uma região, mas trata principalmente os aspectos qualitativos relacionados ao crescimento, ou seja, o nível de bem-estar de uma população (condições de saúde, educação, habitação, higiene...) ¹, usando como referências os indicadores sociais, culturais, políticos e económicos. São exemplos de indicadores simples, o PIB per capita (indicador simples económico), que revela o valor médio de riqueza por habitante; a esperança média de vida à nascença (indicador simples demográfico), que evidencia o nível de saúde de uma população; a taxa de analfabetismo (indicador simples sociocultural); a democracia política (indicador simples político-social), entre outros. Relativamente aos indicadores compostos temos como exemplos o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano ²; o IPH – Índice de Pobreza Humana; e o IEG – Índice de Equidade de Género ³.

1 (IPEA TD 1000: 40 anos de pesquisa economia e aplicada).

² IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) é um índice que permite comparar a nível mundial a realização das necessidades humanas consideradas básicas e prioritárias. Este índice é calculado com base em dados económicos e sociais. O IDH vai de 0 (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento humano total). Quanto mais próximo de 1, mais desenvolvido é o país. Este índice também é usado para apurar o desenvolvimento de cidades, estados e regiões.

³ IEG (Índice de Equidade de Género) enfatiza mais nas oportunidades das mulheres do que nas suas capacidades, o IEG contempla a desigualdade de género em três áreas fundamentais:

- Capacidade de participação e de tomada de decisão política, medida pelas parcelas percentuais dos assentos parlamentares ocupados por mulheres e por homens.
- Capacidade de participação e de tomada de decisão económica, medida através de dois indicadores - as parcelas percentuais de mulheres e homens em funções legislativas, cargos superiores e de gestão e as parcelas percentuais de mulheres e homens em funções especializadas e técnicas.
- Controlo sobre os recursos económicos, medido pelo rendimento auferido estimado de mulheres e homens (PPC em USD).

1.1.1. Origem do conceito e as últimas teorias

O séc. XVIII é o século de referência quando se fala em Desenvolvimento Económico, época de transição e de mudança socioeconómica, marcada pelo início da Revolução Industrial, da emergência do capital e da crítica à sociedade feudal, período de transformação e de passagem a níveis aperfeiçoados de funcionamento da sociedade, por oposição a um anterior período de estagnação.

A ideia de Desenvolvimento Económico esteve presente nos primeiros estudos económicos, desde os mais elementares. A Fisiocracia, escola de pensamento formada por economistas burgueses no século XVIII na França, ficou conhecida pelo trabalho pioneiro de François Quesnay (1694-1774) que, através de seu *Tableau Économique* de 1758, definiu o sistema económico à semelhança do funcionamento do organismo humano. Abordam o problema do valor normal e as causas que impedem o valor corrente de coincidir com o valor normal.

Para Cantillon, a propriedade da terra é a principal forma de propriedade e o fundamento da estrutura social. A agricultura era considerada pelos fisiocratas como única actividade produtiva e, portanto, o desenvolvimento dependia do aumento da produtividade agrícola. Defenderam a redução de impostos e condenaram gastos excessivos e tudo que prejudicasse a venda da produção agrícola, necessária à capitalização da agricultura e à geração de excedente para estender o desenvolvimento às demais actividades económicas.

O Segundo passo no estudo da economia deu-se com a obra de Adam Smith (1723-1790): “A Riqueza das Nações”. Smith ressaltou os aspectos responsáveis pelo desenvolvimento económico como a acumulação do capital, o crescimento populacional e a produtividade da mão-de-obra, introduzindo a concepção da divisão do trabalho como forma de promover o progresso económico. A divisão do trabalho, que viabiliza o aumento da produção, depende de ampliação de mercados e este depende de condições económicas que assegurem o aumento da quantidade de capital disponível na forma de instrumentos, ferramentas, máquinas e instalações. Smith defendeu a liberdade de

actuação dos mercados, sem intervenções de governo, para assegurar o crescimento dos mercados e os frutos decorrentes desse crescimento. Destas opiniões procede uma doutrina liberal, que se traduzirá no “*laissez faire, laissez passer*”. Saliu a importância, para a promoção do desenvolvimento económico, de instituições sólidas que garantem a liberdade do comércio interior e exterior, a segurança da população, o direito de propriedade, o adequado ambiente político e uma legislação condizente com as aspirações do desenvolvimento, ou seja, um adversário do proteccionismo e da intervenção do estado.

Em 1817 o economista David Ricardo (1772-1823), partiu das ideias de seu antecessor, destacou a importância das inovações tecnológicas para o desenvolvimento, embora seja considerado um integrante do grupo dos pessimistas entre os pensadores económicos. O seu pessimismo decorreu das hipóteses com as quais trabalhou relativas aos rendimentos decrescentes da agricultura, na medida em que a terra se tornava mais escassa com sua exploração, e do crescimento da população relativamente ao stock de capital. Segundo Ricardo, o desenvolvimento económico implicava a diminuição da taxa de lucro, e, portanto, contribuía para atenuar a acumulação de capital. Ricardo relaciona a acumulação de capitais acidentais, não a factores inerentes ao sistema. O sistema económico adapta-se às novas circunstâncias e, naturalmente, o equilíbrio restabelece-se. O comércio livre elimina as contradições e faz do mundo uma sociedade única, harmoniosa e próspera.

Após os cinquenta anos da publicação dos Princípios de Economia Política e Tributação de David Ricardo, Karl Marx (1818-1883) publicou em 1859 o primeiro volume da sua magna obra “Crítica da Economia Política”, que é uma profunda introdução a “O Capital” acrescentando assim importantes elementos à teoria do valor trabalho adoptada igualmente por seus antecessores Ricardo e Smith. A teoria de desenvolvimento económico de Marx apoiou-se no método dialéctico de Hegel que vê nas transformações a origem do desenvolvimento progressivo das sociedades, a mesma ruptura ou desequilíbrio mencionado por Smith.

Historicamente Marx e seu principal colaborador, Friedrich Engels (1820-1895), utilizaram o método hegeliano para classificar as sociedades em quatro estágios: comunismo primitivo; escravidão; feudalismo; e capitalismo. Essa evolução, correspondente ao desenvolvimento das sociedades, originou-se com a mudança da tecnologia que ao criar contradições internas fez transformar no futuro o capitalismo no socialismo e, posteriormente, este no comunismo.

No mesmo ano que o mundo perdia a genialidade interpretativa de Karl Marx do funcionamento das sociedades capitalistas nascia Joseph Alois Schumpeter (1883-1950). Este economista aperfeiçoou o conceito de desenvolvimento económico ao distinguir as noções de estática e dinâmica na economia, vinculando à primeira noção o fluxo regular da actividade e à segunda, a perturbação do ciclo vicioso da estabilidade provocada pelo investimento a partir das inovações tecnológicas. O seu optimismo preconizava o desaparecimento dos problemas sociais se as economias experimentassem crescimento semelhante ao dos períodos passados.

O desenvolvimento económico para Schumpeter é um fenómeno originário da própria esfera económica, com características qualitativas novas. Pelo contrário, o processo de desenvolvimento cria o seu próprio motor que leva a uma situação diferente da verificada em situação de equilíbrio. A erupção do processo ocorre, portanto, por iniciativa do produtor sendo posteriormente acompanhado pelos consumidores. Por essa razão apontou a importância do crédito ao empreendedor para permitir inovações e o desenvolvimento económico.

As teorias históricas institucionais do desenvolvimento e da macroeconomia, do tipo formulado pelos economistas clássicos, por Schumpeter, Keynes, e pelos economistas que, desde a Segunda Guerra Mundial, vêm desenvolvendo a partir daí teorias e estratégias para o desenvolvimento. Desde logo, o ambiente do pós-guerra, em que o crescimento económico constituía a preocupação central da política económica dos países industrializados e se tinha transformado num objecto de estudo central da teoria económica. Mas também o facto de a generalidade dos actores (organizações internacionais, governos dos novos países, economistas e conselheiros do

desenvolvimento, etc.) estarem orientados para a necessidade de elevar os padrões de vida dos países menos desenvolvidos.

Como notou Arndt⁴, os economistas tinham aprendido nas décadas anteriores o modo de medir estatisticamente os padrões de vida e a nova medida simples que era o rendimento real per capita tinha permitido estabelecer as primeiras comparações internacionais, fazendo emergir a dimensão do hiato que se observava entre países ricos e pobres. A preocupação principal era, encontrar os caminhos para uma mais rápida aproximação entre os padrões de vida de sociedades tão diferenciadas. Este ambiente influenciou a própria produção científica dos primeiros economistas do desenvolvimento.

Desde Colin Clark que a mudança estrutural e a modernização estavam associadas ao processo de industrialização, de que resultavam a transformação tecnológica da produção e a progressiva transferência de recursos do sector primário para o secundário.

Assumindo a industrialização como o motor da modernização e considerando todos os problemas associados à imperfeição e insuficiência dos mercados, o problema central do desenvolvimento económico passou a ser o da formação do capital. Ragnar Nurkse⁵, por exemplo, afirmou que a formação do capital se situava “exactamente no centro do problema de desenvolvimento nos países economicamente atrasados” (Nurkse, 1953: 1). Arthur Lewis, por outro lado, considerava a acumulação rápida do capital como o “facto central do desenvolvimento económico” (Lewis, 1954: 155).

As teorias de modernização surgem nos anos 50, período histórico em que os EUA emerge como potência mundial ao assumir o comando de reconstrução (Plano Marshall) da Europa fragilizada, saída da 2ª Guerra Mundial. A par da crescente hegemonia dos

⁴ Cf. Arndt 1987, nomeadamente o capítulo 3, onde trata o período compreendido entre 1945 e 1965 como aquele em que o desenvolvimento económico foi praticamente considerado equivalente a crescimento económico.

⁵ Nurske, Ragnar, (1907-1959), seguidor das doutrinas de Rostenstein e Rodan, antecipou muito da teoria de Lewis acentuando o papel da poupança e da formação de capital no desenvolvimento económico. Foi um dos primeiros expoentes da doutrina do "crescimento equilibrado"

EUA, a influência comunista da União Soviética estende-se à Europa de Leste e à Ásia (China e Coreia) e caem alguns impérios coloniais europeus (na Ásia, África e América Latina) dando lugar ao nascimento de novos Estados-Nação no chamado ‘Terceiro Mundo’. Tais circunstâncias históricas motivaram a procura de modelos de desenvolvimento que promovessem as economias e independência política dos novos países, incentivada pelo interesse dos Estados Unidos não perder a sua influência em relação ao bloco comunista soviético (Alvin So, 1990:36;96-97).

A formação do pós-guerra da Organização das Nações Unidas - e as suas agências de atendimento, tais como o Banco Mundial, o FMI, a OIT e as diversas comissões regionais - provou ser mais um importante impulso. A colocação de numerosos estudos por estas instituições levou ao surgimento de uma vertente não académica da teoria do desenvolvimento.

Nos anos 50/60 surge o conceito de ‘*institution building*’ que focava a criação ou expansão de instituições públicas e as habilidades técnicas necessárias para operacionalizarem nos países em desenvolvimento. Foram desde modo importados modelos dos países desenvolvidos, associados à concepção e funcionamento das organizações.

Nos anos 70/80 o conceito de desenvolvimento surge associado às pessoas, dando importância a outras dimensões sociais a par das económicas, como a saúde, educação ou a população.

Nos finais da década de 80, com base nas experiências e práticas de Ajuda ao desenvolvimento, surge um novo conceito de capacidade de desenvolvimento (*capacity development*) visto como complementar das ideias que dominaram as teorias do desenvolvimento nas últimas 4 décadas. Apesar de apresentar dificuldades de operacionalização, nos anos 90 tornou-se o objectivo principal da cooperação técnica (PNUD, 1996) e na forma de ‘fazer desenvolvimento’ (LUTHAUS et al., 1999).

1.2. Bancos Multilaterais de Desenvolvimento

Os bancos multilaterais de desenvolvimento (BMDs) são instituições que proporcionam apoio financeiro e assistência em actividades de desenvolvimento económico e social nos países em desenvolvimento. Em geral refere-se ao Grupo do Banco Mundial, e aos bancos regionais: Grupo Banco Africano de Desenvolvimento, Grupo Banco Asiático de Desenvolvimento, Grupo Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento e ao Grupo do Banco Interamericano de Desenvolvimento, Fundo Monetário Internacional, Corporação Financeira Internacional.

Os Bancos Multilaterais caracterizam-se por uma ampla afiliação, incluindo deste modo, países em desenvolvimento mutuários como países desenvolvidos doadores e não se limitam aos países membros da região de um banco regional de desenvolvimento. Cada banco tem a própria condição jurídica e operacional independente – porém, com um mandato semelhante e um número considerável de accionistas conjuntos, os BMDs mantêm um alto nível de cooperação.

Os BMDs oferecem financiamento para o desenvolvimento através os seguintes meios:

- Empréstimos de longo prazo, baseados nos juros do mercado. Para financiar esses empréstimos, os BMDs tomam emprestado nos mercados internacionais de capital e repassam o empréstimo aos governos mutuários dos países em desenvolvimento.
- Empréstimos de prazo muito longo (frequentemente denominados créditos) têm juros inferiores aos dos juros do mercado. São financiados por meio de contribuições directas aos governos dos países em desenvolvimento.
- Alguns BMDs também oferecem financiamento de subsídios, na maior parte assistência técnica, serviços de consultoria ou preparação de projectos.

Vários outros bancos e fundos que concedem empréstimos a países em desenvolvimento são também identificados como instituições de desenvolvimento multilateral e frequentemente são agrupados como outras instituições financeiras multilaterais (IFMs). Diferem dos BMDs pela sua estrutura mais estreita de propriedade/afiliação ou por focalizarem sectores ou actividades especiais. Entre eles figuram: Comissão Europeia

(CE) e o Banco Europeu de Investimento (BEI); Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA); Banco Islâmico de Desenvolvimento (BID); Fundo Nórdico de Desenvolvimento (FND) e Banco Nórdico de Investimento (BNI); Fundo de Desenvolvimento Internacional da OPEP (Fundo da OPEP).

Vários bancos sub-regionais, criados para fins de desenvolvimento, são também classificados como bancos multilaterais por serem de propriedade de um grupo de países (geralmente membros mutuários e não doadores). Entre eles figuram bancos como a Corporação Andina de Fomento (CAF), Banco Caribenho de Desenvolvimento (CDB), Banco Centro-Americano de Integração Económica (BCIE), Banco Leste-Africano de Desenvolvimento (EADB), Banco Oeste-Africano de Desenvolvimento (BOAD).

1.2.1. Papel dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento no desenvolvimento e crescimento económico em África

A África é o terceiro maior continente do mundo, é constituída por 54 países independentes, a população total é de aproximadamente 1.358 mil milhões de habitantes⁶ distribuídos numa área de 30 milhões de quilómetros quadrados. O continente africano é caracterizado por ter países com conflitos armados permanentes, instabilidade política, fome, seca, cheias e epidemias (malária, HIV/SIDA, etc.) em momentos quase que alternados, a democracia ainda é um dado muito recente. Entre 2001 e 2009 as taxas de crescimento económico, médias anuais do PIB em África foram de 5.3%⁷, mesmo tendo em conta os níveis de pobreza existentes.

A influência da guerra fria nas opções políticas e económicas, a queda de Berlim, e o fim da guerra fria e do bloco do leste levaram ao fim dos apoios aos governos africanos em função da sua opção política. Portanto, eleva-se assim, o papel das organizações

⁶ Fonte: departamento de Estatística do BAD: Fundo Monetário Internacional - World Economic Outlook (Março 2010).

⁷ Fonte: United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division, World Population Prospects, the 2008 Revision.

multilaterais, doadores e ONG's. Podemos afirmar que o papel dos bancos multilaterais, não se restringe apenas ao sector financeiro, visto que as instituições, especialmente o Banco Mundial e o FMI, tornaram-se importantes actores no diálogo com os governos dos países africanos acerca da reforma política de governação global. Segundo MAIA (1999:48) o papel dos bancos multilaterais é “mediar entre os principais mercados de capitais e as necessidades de financiamento de projectos do terceiro mundo. Além disso, eles [...] proporcionam assistência técnica e assessoria na área de política económica”.

O grande desafio da África é o desafio intemporal de desenvolvimento, para que se possa reduzir a pobreza e fornecer para os cidadãos do continente as noções básicas de alimentação, habitação, vestuário, educação, saúde e emprego. Isso só pode ser feito se aumentarem os níveis de rendimento nacional, o que é um desafio complexo.

Os bancos multilaterais são canais importantes para a transferência de recursos aos países mais pobres, e os Objectivos do Milénio da ONU⁸ servem de orientação para o combate à pobreza, sendo assim vital o papel dos bancos multilaterais para a concretização desses objectivos por parte dos países em desenvolvimento.

A crise financeira mundial reforçou o papel dos bancos multilaterais em África, na área de redução da pobreza. A queda no fluxo internacional de dinheiro aumentou a procura por recursos geridos por essas instituições.

São Tomé e Príncipe não é uma excepção a regra, no capítulo seguinte irei falar sobre a situação socioeconómica do país e o plano de estratégia nacional do governo na luta contra a pobreza.

⁸ Em 2000, a Organização das Nações Unidas, ao analisar os maiores problemas mundiais, estabeleceu 8 Objectivos do Milénio – ODM, a serem atingidos num prazo de 25 anos, nomeadamente: 1. Erradicar a pobreza extrema e a fome; 2. Alcançar a educação primária universal; 3. Promover a igualdade do género e capacitar as mulheres; 4. Reduzir a mortalidade infantil; 5. Melhorar a saúde materna; 6. Combater o HIV/SIDA, a malária e outras doenças; 7. Assegurar a sustentabilidade ambiental; 8. Desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento

Capítulo II - São Tomé e Príncipe

A República Democrática de São Tomé e Príncipe é um país insular situado a 220 km da costa ocidental da África, no Golfo da Guiné, sobre o equador, é o segundo estado mais pequeno de África, depois das Ilhas Seicheles. O arquipélago, de origem vulcânica, é constituído pelas ilhas de São Tomé com 859 Km², pela ilha do Príncipe com 142km² e ainda por inúmeros ilhéus, com uma superfície total de 1001 Km². As ilhas contam com cerca de 162 821 mil habitantes¹ (cerca de 7000 no Príncipe), e 70% da população de São Tomé concentram-se num raio de 10 km ao redor da capital.

A taxa anual de crescimento demográfico e a de mortalidade é baixa comparada às médias de outros países de rendimento médio. A esperança média de vida à nascença é de 69,7 anos, 40,2% da população tem menos de 15 anos e 4.5% da população tem mais de 65 anos. A taxa média de mortalidade infantil é de 75/1000, e a taxa de alfabetização de adultos (mais de 15 anos) é de 83,1%.

Figura 1: Localização geográfica



Fonte: WikiTravel

¹ Meados 2009, estimativas oficiais, INE STP

2.1. Contexto Económico

São Tomé e Príncipe é a mais pequena economia da África em termos do PIB (estimado em 3959,3 milhões de dólares em 2009), fazendo parte dos 52 Pequenos Estados Insulares (PEI) em desenvolvimento que compartilham os mesmos desafios de desenvolvimento sustentável.

Os progressos alcançados na aplicação da estratégia de combate à pobreza e na execução do programa de ajustamento macroeconómico, o FMI e o Banco Mundial anunciaram, em Março de 2007, que São Tomé e Príncipe tinha cumprido os requisitos necessários para atingir o chamado Ponto de Conclusão da Iniciativa HIPC (*Heavily Indebted Poor Countries*)². Em consequência, o país passou a beneficiar em pleno do alívio da dívida externa ao abrigo dessa Iniciativa e da *Multilateral Debt Relief Initiative* (MDRI)³, obtendo assim, em Setembro de 2007, uma redução da dívida externa superior a 40% em relação ao ano de 2006. Este facto corresponde não só à concretização de um dos principais objectivos de política económica assumidos pelas autoridades, como permite encarar, de forma mais sustentada, os desafios da transição da economia são-tomense da fase actual para a esperada “idade do petróleo”.

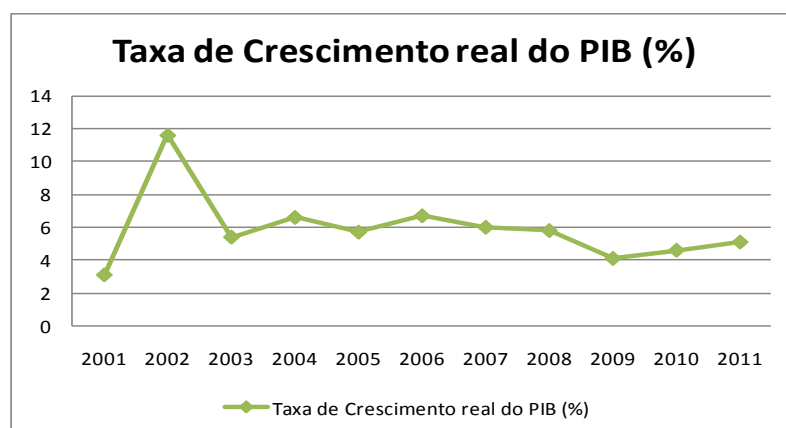
No plano macroeconómico, os desenvolvimentos recentes em São Tomé e Príncipe caracterizam-se por um desempenho assinalável, com uma taxa média anual de crescimento do produto interno bruto (PIB) da ordem dos 6% entre 2005 e 2008. Este comportamento favorável assentou largamente no dinamismo de sectores como a construção, as comunicações e diversas actividades de serviços, com destaque para o turismo, em contraste com o declínio continuado de outros, como a produção de cacau⁴. A mais recente expansão económica teve como principal factor impulsionador o investimento directo estrangeiro.

² A iniciativa HIPC é um esquema desenvolvido conjuntamente pelo FMI e pelo Banco Mundial para fazer face ao problema da dívida externa dos países pobres fortemente endividados.

³ O Alívio da Dívida Multilateral (MDRI) foi introduzida em 2005 pelo G8 (Os Governos da Alemanha, do Canadá, dos EUA, da França, da Itália, do Japão, do Reino Unido e da Rússia), com objectivo de fornecer alívio adicional e de igual modo acelerar os progressos no sentido do cumprimento dos ODM.

⁴ A economia são-tomense assenta no sector dos serviços (68,1% do PIB em 2006), seguindo-se a agricultura e pescas (16,6%) e a indústria (15,3%). O cacau representa grande parte das exportações do país.

Figura 2: Crescimento do PIB Real e do PIB Per Capita (USD/PPA a preços actuais)



Fonte: Elaborado pelo autor

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Taxa de Crescimento real do PIB (%)	3,1	11,6	5,4	6,6	5,7	6,7	6	5,8	4,1	4,6	5,1
PIB Per Capita (USD/PPA a preços actuais)	676,1	754,4	795,3	847,8	895,9	955,7	1013,0	1071,8	1111,6	1157,8	1211,1

Fonte: Departamento estatístico do BAD e FMI

A economia de São Tomé e Príncipe baseia-se, essencialmente no sector primário dominado pela agricultura, voltado especialmente para a cultura do cacau, seu principal bem/produto de exportação e ocupa 80% das terras agrícolas pertencentes ao Estado, mas contribui com apenas 18% na formação do PIB. A agricultura emprega mais de 65% da população, a maior parte dedicando-se às culturas de subsistência. Apesar disso, uma parte importante dos produtos alimentares necessários são importados, porque a produtividade das culturas são baixa e os produtos locais mais caros do que os importados.

Com o objectivo de melhorar a produtividade e criar condições para a existência de rendimentos nas zonas rurais, as autoridades colocaram a agricultura no centro da sua estratégia de combate à pobreza. Assim, a componente de investimento público na agricultura atingiu 20% em 2009, mas deverá cair para 9% em 2010, devido a uma política fiscal mais rigorosa⁵.

⁵ ABD/OECD – *African Economic Outlook: Country Report, 2009*

No sector secundário, a actividade é confinada principalmente à indústria agro-alimentar, representada por empresas públicas ou mistas de primeira transformação: cervejaria, tratamento de peixe, óleo de palma, tijolo, cerâmica, impressão. Existem também pequenas unidades artesanais: produção de madeira, artesanato decorativo, panificação e sabão.

São Tomé e Príncipe, é um país com grande disponibilidade de água, a actual procura de água potável é menor a 1% dos recursos existentes, mas o problema coloca-se na sua qualidade. Apenas 20% da população tem acesso à água potável e análises efectuadas revelaram que todas as fontes que fornecem água a S. Tomé estavam contaminadas por matéria orgânica. A diarreia é a terceira causa de mortalidade em São Tomé e Príncipe e 95% da sua população está infectada por parasitas intestinais. De acordo com análise recente, a taxa real de disponibilidade de água segura é de apenas 12%. Além disso, estima-se que esta percentagem poderia diminuir se as condições para a gestão sustentável da rede não forem estabelecidas num futuro próximo, dado que a água é obtida a partir de um número insuficiente de sistemas de captação de água e de fontes protegidas, que foi instalada nos anos sessenta sem nenhuma intervenção e manutenção adequada. O sistema de medição de água tem dispositivos pouco fiáveis e não é prioridade do governo implementar um programa de melhoria de medição de água.

O sector terciário, que abrange o comércio, os transportes, o turismo e outros serviços, é o sector que mais contribui para a economia com 63% do PIB em 2008. O turismo, ainda embrionário, que se perfila como a futura locomotiva dos serviços no país, representava 5% do PIB, em 2009. O investimento público regular nos últimos anos em infra-estruturas turísticas levaram a um aumento considerável do número de entradas de turistas. Em 2009, visitaram STP cerca de 7000 turistas, sendo esperado um aumento significativo no futuro próximo.

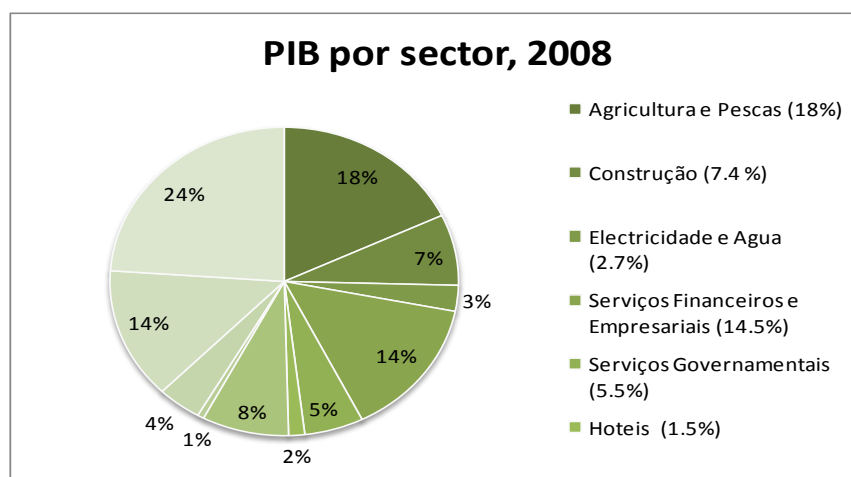
A par de constrangimentos pontuais, a indústria turística vê o seu desenvolvimento comprometido por problemas estruturais graves. Para o país beneficiar do enorme potencial desta actividade emergente, há necessidade de ampliar e modernizar todas as infra-estruturas. Apenas uma companhia aérea, a TAP Air Portugal, liga o arquipélago à

Europa, com tarifas artificialmente elevadas. A Laico (Libyan African Investment Co), uma empresa turística líbia, prevê concluir, em 2010, a construção de dois novos hotéis de cinco estrelas, muito embora os trabalhos apenas tenham tido início no final de 2009. A plantação de Monte Café promove o agro-turismo.

O estado obsoleto das infra-estruturas portuárias acarreta atrasos na execução em todos os projectos de construção, determinando um aumento drástico do custo dos equipamentos importados.

A empresa pública petrolífera angolana, a Sonangol, examina com as autoridades são-tomenses um financiamento destinado à construção de um porto de reabastecimento em Neves, na costa ocidental da ilha de São Tomé. Os trabalhos de construção poderão começar ainda em 2010. As indústrias ainda ocupam um lugar marginal no ambiente económico de São Tomé e Príncipe, e o sector secundário contribui com cerca de 19% do PIB em 2008.

Figura 3: Constituição para o PIB em 2008



Fonte: Baseada em dados das autoridades locais

O Governo de São Tomé e Príncipe lançou um programa de acção baseado na premissa de que a estabilidade macroeconómica é condição necessária para obter ganhos sustentáveis a longo prazo. A estratégia a seguir privilegia o desenvolvimento da

capacidade produtiva da agricultura, com especial destaque no apoio material e técnico aos pequenos agricultores, a reabilitação e construção de infra-estruturas essenciais, principalmente as geradoras de energia, transportes⁶ e telecomunicações, e a criação de condições para o desenvolvimento da iniciativa privada, essencialmente para o sector do turismo.

No entanto, em 2009, fruto de um contexto internacional bastante difícil e apesar dos estímulos fiscais introduzidos pelo Governo, a economia são-tomense registou um crescimento de apenas 4%, segundo estimativas do *Economist Intelligence Unit* (EIU).

A evolução dos preços nos mercados internacionais, particularmente dos produtos alimentares e do petróleo, tem sido a causa mais evidente de um dos maiores problemas com que o país se debate actualmente e que reside na elevada taxa de inflação que se tem verificado desde 2003 e que atingiu 26% em 2008. Para 2009 as estimativas apontam para uma redução significativa da pressão inflacionista (19%), em consequência do decréscimo dos preços médios dos bens alimentares e do petróleo⁷, assim como da aplicação de medidas de controlo monetário.

O problema estrutural mais grave da economia de São Tomé e Príncipe reside, porém, no défice da balança corrente, que atingiu 58,1 milhões de dólares em 2009 (24,4% do PIB). De salientar que a economia continua marcada por deficiências estruturais significativas, que se traduzem numa base produtiva e num sector exportador muito reduzidos e que estão na origem dos elevados desequilíbrios externos (ver o anexo 1).

A produção de cacau, tem vindo a registar um declínio ao longo das últimas décadas e o sector do turismo constitui uma fonte de receitas crescente mas está fortemente dependente de bens importados. Esta situação torna a economia muito dependente da ajuda externa e, mais recentemente, dos rendimentos provenientes do petróleo⁸.

⁶ Em Agosto de 2008, São Tomé e Príncipe assinou um contrato com a Terminal Link, a empresa francesa subsidiária da gigante CMA-CGM, para a construção de um novo porto de águas profundas.

⁷ Em 2009, o barril de Brent está calculado em 62,0 USD (97,7 USD em 2008)

⁸ Esta em vigor um acordo com a Nigéria para a exploração conjunta de petróleo nas águas do Golfo, encontrando-se alguns blocos já em exploração por empresas petrolíferas internacionais.

O Governo tem feito progressos assinaláveis no controlo do défice das contas públicas, que terá atingido 6,6% do PIB em 2008 (11% e 8,4% em 2006 e 2007, respectivamente). Esta melhoria nas contas públicas ficou a dever-se essencialmente à redução das despesas, nomeadamente em termos de investimento público e despesas correntes⁹.

As possibilidades de existência de petróleo em zonas definidas como Zona Económica Exclusiva santomense, levaram o seu poderoso vizinho nigeriano a definir as suas fronteiras marítimas e a forçar São Tomé e Príncipe a assinar um tratado que regula a exploração conjunta dos recursos existentes na chamada Zona de Exploração Conjunta. Nos anos recentes, o sector público recebeu apoio através de uma grande entrada de fluxo do bónus de assinatura do petróleo por parte da Nigéria. Em termos da Conta do Petróleo (NAO – National Oil Account), utilizada no financiamento do défice, havia a expectativa desta atingir os 38 milhões de dólares em 2008, mas devido à não concretização de alguns licenciamentos, ficou muito aquém deste montante. Também os donativos continuam a ter um peso preponderante no financiamento das contas públicas, representando 31,2% do PIB em 2008 apesar da quebra significativa do montante de donativos face a 2007 (ver o quadro 1).

Em termos de perspectivas para 2010 e 2011¹⁰, aponta-se para uma recuperação da economia, com a taxa de crescimento do PIB a situar-se em redor de 4,2% e 6% respectivamente, em resultado do aumento dos fluxos de investimento no sector petrolífero¹¹, doações internacionais e das receitas de turismo.

Por outro lado, a descida assinalável da taxa de inflação (13% e 6% em 2010 e 2011, respectivamente) será o reflexo de uma gestão do controlo da liquidez mais pró-activa e da maior estabilização da moeda nacional face ao euro¹² (grande parte das importações são-tomenses provêm da Zona Euro).

⁹ O programa negociado com o FMI prevê a implementação de diversas reformas orçamentais, com o objectivo de melhorar a capacidade administrativa do sector público e a execução orçamental

¹⁰ Fonte: <http://www.ihsglobalinsight.com/CountryIntelligence> - Country Reports, Junho 2010

¹¹ A realidade económica do país devesse mudar substancialmente logo que a exploração dos seus recursos petrolíferos comece a produzir resultados palpáveis. As previsões mais recentes apontam pelo começo da extracção para 2016.

¹² Representantes do Governo são-tomense e do Governo português assinaram um contrato de paridade cambial da dobra ao euro que entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2010 (1 EUR = 24.500 STD).

Relativamente ao comércio internacional, a balança comercial é fortemente deficitária e em 2009 registou um agravamento da ordem de 20,7% face ao ano anterior, resultante do aumento das importações e da diminuição das exportações.

Quadro 1: Finanças Públicas (em percentagem do PIB)

	2001	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Receitas Totais e Donativos	37.5	37.2	159.2	48.7	66.8	37.3	33.6
Receitas fiscais	11.1	17.6	36.4	15.6	13.5	13.5	13.1
Receitas do Petróleo	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Donativos	23.6	15.9	120.1	31.2	51.4	21.9	18.6
Outras Receitas	2.8	3.7	2.8	1.9	1.9	1.9	1.9
Total expenditure and net lending (a)	44.8	50.3	39.7	31.2	30.6	31.9	31.9
Despesas Correntes	17.0	30.5	28.4	23.2	20.8	20.6	19.7
Excluindo Juros	12.2	27.2	27.0	22.5	20.2	19.8	18.7
Remunerações e Salários	5.3	8.6	8.9	8.6	8.8	8.1	7.4
Bens e Serviços	2.4	5.8	5.7	5.8	4.4	4.5	4.2
Juros	4.8	3.4	1.3	0.6	0.5	0.8	1.0
Despesas de Capital	27.7	19.8	11.4	8.0	9.8	11.3	12.3
Balança Primária	-2.5	-9.8	120.9	18.2	36.8	6.2	2.6
Balança Global	-7.3	-13.2	119.5	17.5	36.2	5.5	1.6

Fonte: Dados do FMI e BCSTP

De acordo com os dados divulgados pelo Banco Central de São Tomé e Príncipe, Portugal é o principal parceiro comercial do arquipélago, representando 61,3% das suas importações em 2008 e 49,2% das exportações. Dos restantes fornecedores, destacam-se Angola, que ocupa tradicionalmente o 2º lugar do ranking, com uma quota da ordem de 22,9%. No que se refere aos clientes, há ainda a salientar as posições dos Países Baixos e Bélgica, que normalmente ocupam lugares de destaque.

2.2. Contexto Político

Colonizado pelos portugueses, no século XVI, São Tomé e Príncipe apenas conquistou a sua independência em 1975, sob o comando do Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP), adoptando, assim, um sistema político parlamentar de partido único. A implementação de um regime de partido único indicava, também, um alinhamento do movimento de libertação do país com o bloco comunista. No início dos anos 90, o país começou a implementar reformas democráticas e a encaminhar-se para um regime multipartidário. Este sistema encontra-se já fortemente enraizado, tendo-se realizado em 2006 as quartas eleições parlamentares. Em 2003, uma tentativa de golpe de estado pelo líder da oposição Arlécio Costa antigo líder do Batalhão Búfalo e presidente da Frente Democrática Cristã foi abortado sem qualquer perda de vidas humanas. Uma tentativa de golpe de estado, em Fevereiro 2009 foi abortada. As 38 pessoas envolvidas foram absolvidas, muito embora o seu líder, o Presidente da Frente Democrática Cristã, tenha sido condenado por posse ilegal de armas e por incitamentos activos à rebelião. O Governo mantém-se em actividade, com estabilidade, desde o Golpe de Estado falhado de Fevereiro de 2009, pondo fim a um período de grande instabilidade política.

A falta de financiamento e o atraso na elaboração dos cadernos eleitorais levaram ao adiamento das eleições regionais e autárquicas previstas para Outubro de 2009, para o verão de 2010. Estas eleições deveriam realizar-se em simultâneo com as eleições legislativas, enquanto a eleição presidencial está prevista para Julho de 2011.

A democracia política é intensamente praticada em São Tomé e Príncipe, cujo parlamento conta com cinco partidos representados. A liberdade de expressão está assegurada e não se verificam abusos flagrantes dos direitos humanos.

Em termos da boa governação, São Tomé e Príncipe ocupou 111º lugar no Índice de Percepção da Corrupção (CPI)¹³, da Transparência Internacional para o ano 2009, obtendo uma pontuação de 2.8 pontos, uma melhoria em relação ao ano anterior em que ocupara o 121º lugar.

O actual chefe de Estado é Fradique de Menezes, que cumpre o seu segundo mandato de cinco anos como Presidente. O Primeiro-Ministro e chefe de Governo é Patrice Trovoada. A Assembleia Nacional conta com 55 membros e um mandato de quatro anos. O país está dividido em sete distritos municipais, seis dos quais em São Tomé e o outro no Príncipe. Desde 1994 que a Ilha do Príncipe conta com uma autonomia limitada, com uma Assembleia Regional e um Presidente do Governo Regional.

Programa Nacional do Governo e Perspectivas de Médio Prazo

O governo de São Tomé e Príncipe, com a assistência técnica do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, elaborou em 1999 o documento de Estratégia Provisória de Redução da Pobreza. Dado ao desempenho satisfatório das políticas de estabilização macroeconómica entre 1998 e 2000, atingiu-se em Dezembro de 2000 o Ponto de Decisão da Iniciativa HIPC.

Os Governo juntamente com as instituições de Bretton Woods, nomeadamente o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional estabeleceram duas condições para que o País atinja o Ponto de Conclusão da Iniciativa HIPC em 2003: a consolidação do bom desempenho ao nível macroeconómico e a elaboração de uma estratégia nacional para a redução da pobreza, através de um processo participativo que envolve todas as forças vivas do País.

¹³ O Índice de Transparência Internacional (CPI) mede a percepção de corrupção do sector público nos países. O índice varia de 0 a 10 (onde 0, indica níveis de percepção positiva sobre a corrupção e 10, níveis de percepção negativa sobre corrupção)

O Governo através da estratégia nacional para a redução da pobreza define os seguintes desafios, através dos quais se propõe a redução da pobreza num horizonte que se estende até 2015, com vista a alcançar as metas de desenvolvimento do milénio:

- Alcançar um ritmo de crescimento do PIB de 5% a partir de 2003;
- Reduzir a metade a percentagem da população santomense que vive na situação de extrema pobreza até 2010, e a menos de 1/3 até 2015;
- Garantir o acesso aos serviços sociais de base de qualidade á toda a população;
- Promover a melhoria das condições de vida. Reduzir as diferenças sociais e de género entre os distritos e entre estes e a Região Autónoma do Príncipe.

Assim, a estratégia de redução da pobreza em S. Tomé e Príncipe (2005-2009) define uma ambiciosa agenda política, que desenvolve-se a partir dos cinco (5) eixos fundamentais seguintes:

- Reforma das instituições públicas, reforço das capacidades e promoção de uma política de boa governação;
- Crescimento acelerado e redistributivo;
- Criação de oportunidades de aumento e diversificação de rendimentos;
- Desenvolvimento de recursos humanos e acesso aos serviços sociais de base
- Mecanismos de seguimento, avaliação e actualização da estratégia.

O governo estabeleceu em 2005 um Observatório de Redução da Pobreza, que foi encarregue de executar a Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (ENRP). Três anos após a criação desta instituição, concluiu-se o seguinte: (i) Mecanismo de avaliação insuficiente no processo da ENRP pelas partes interessadas, em particular o quadro organizacional de mecanismo de avaliação para a sua implementação, (ii) a falta de coerência entre estratégias sectoriais e ENRP e (iii) qualquer ligação entre os sectores dos Projectos de Investimentos Publico. Para enfrentar essas falhas, o governo tem desenvolvido com apoio do Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento, através do financiamento bilateral japonês (500 mil dólares), um projecto para a implementação do ENRP. Esta concessão tem ajudado a estabelecer as bases para um mecanismo de acompanhamento adequado para que o governo possa ainda criar as condições necessárias para a sua implementação. A eficácia do sistema deverá contribuir para a

eficácia da ENRP II (em preparação) e, no longo prazo melhorar a recolha de indicadores e acompanhamento.

2.3. Contexto Social

A República Democrática de São Tomé e Príncipe faz parte dos países menos desenvolvidos (PMD), cerca de 40% da população não tem acesso a água potável e 80% não acede ao saneamento básico. Trata-se de uma população com elevadas taxas de analfabetismo. Em 2001, 38,7% da população que vivia no limiar da pobreza e 15,1% na pobreza extrema¹⁴. Este estado de pobreza é mais acentuada nas zonas rurais, onde 65% da população é pobre e 22% estão em situação de pobreza extrema.

Os indicadores sociais são fracos e melhoram muito lentamente, especialmente nas áreas rurais. Os rendimentos são baixos e o país ocupa a 131ª posição, entre 182¹⁵ países, no Índice de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas.

¹⁴ OMS 2006 pag. 8

¹⁵ Fonte: <http://www.ipad.mne.gov.pt/>

Capítulo III – Papel do Banco Africano de Desenvolvimento no Desenvolvimento de São Tomé e Príncipe

3.1. O Grupo Banco Africano de Desenvolvimento

O Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) é um Banco de desenvolvimento multinacional composto por 77 membros¹ – 53 países de África e 24 da Europa, América e Ásia. Foi fundado em 1964 e iniciou oficialmente as suas operações em 1967. Tem sede em Abidjan, Costa do Marfim. Contudo, devido à instabilidade política neste país, em 2003 o Conselho de Governadores do BAD decidiu transferir o Banco para a sua actual Agência Temporária de Relocalização (ATR) em Tunis, na Tunísia. Tem como principal objectivo promover o desenvolvimento económico e o progresso social nos países membros regionais, contribuindo para a redução da pobreza no continente africano, por meio de empréstimos, investimentos e assistência técnica aos Países Membros Regionais (PMR).

¹ **Países membros regionais (PMR):** Argélia, Angola, Benim, Botsuana, Burquina Faso, Burundi, Camarões, Cabo-Verde, Central Africano República, Chade, Comores, Congo, Costa do Marfim, República Democrática do Congo, Djibuti, Egipto, Guiné, Equatorial, Eritreia, Etiópia, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné, Bissau, Quénia, Lesoto, Libéria, Líbia, Madagáscar, Malawi, Mali, Mauritânia, Maurício, Marrocos, Moçambique, Namíbia, Níger, Nigéria, Ruanda, São Tomé e Príncipe, Senegal, Seychelles, Serra Leoa, Somália, África do Sul, Sudão, Suazilândia, Tanzânia, Togo, Tunísia, Uganda, Zâmbia, Zimbabué.

Países membros não regionais: Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Áustria, Bélgica, Brasil, Canada, China, Coreia, Demarca, Espanha, Estados Unidos de América, Finlândia, França, Índia, Inglaterra, Itália, Japão, Kuwait, Holanda, Noruega, Portugal, Suécia, Suíça.

3.1.1. Como trabalha o Banco Africano de Desenvolvimento

O Banco financia um número elevado de projectos e programas de desenvolvimento através de: (1) créditos ao sector público (incluindo créditos para a implementação de políticas), créditos ao sector privado e investimentos de capital; (2) prestação de assistência técnica a projectos e programas de apoio institucionais; (3) investimento de capitais privados e públicos; (4) assistência na coordenação das políticas e planos de desenvolvimento dos PMR; e (5) subsídios até um milhão de dólares americanos para assistência de emergência até duas operações por país, por ano, no máximo. O Banco dá prioridade a projectos e programas nacionais e multinacionais que promovam a cooperação e integração económica regional.

O Grupo BAD é composto por três instituições:

- O Banco Africano para o desenvolvimento (BAD);
- O Fundo Africano para o Desenvolvimento (FAD);
- Trust Fund da Nigéria (NTF).

O **Fundo Africano para o Desenvolvimento (FAD)** é um financiamento concessional para os países membros regionais que não têm possibilidades de adquirir um financiamento junto do Banco nos seus termos específicos. Foi criado em 1972 e entrou em plena actividade a partir de 1974. Conta, principalmente com as quotas dos países membros representantes. De acordo com a sua política de financiamento, este Fundo tem como principal objectivo a redução da pobreza nos países beneficiários e as principais prioridades estratégicas do Fundo para o período do FAD-11 (2008-2010) incluem infra-estruturas, governação, estados frágeis e integração regional.

O **Trust Fund da Nigéria (NTF)** foi criado pelo Governo da Nigéria em 1976 para assistir os países membros do grupo mais carenciados. Está sob gestão do BAD, prevê financiamento com taxas de juro a 4%, pagamento em 25 anos com 5 anos de isenção.

3.1.2. Estratégia de Médio Prazo (MTS) do Banco Africano de Desenvolvimento

A crise financeira mundial trouxe grandes desafios e em 2009 o Banco seguiu a sua missão suprema de redução da pobreza e de crescimento económico sustentável nos seus PMR (Países Membros Regionais). Neste domínio, o Banco avançou a implementação da sua estratégia de médio prazo (MTS) para 2008-2012. O BAD teve que definir as suas áreas de intervenção prioritárias, baseando-se na experiência do passado, na aprendizagem com os erros e na adaptação rápida aos contextos em evolução, orientando selectivamente o seu enfoque para os sectores chave das infra-estruturas, governação, operações do sector privado, bem como do ensino superior, ciência e tecnologia. Com esta abordagem, o Banco conseguiu responder com maior eficácia aos desafios/objectivos mais vastos de desenvolvimento dos Países Membros Regionais nas áreas da integração regional, desenvolvimento humano, desenvolvimento agrícola e segurança alimentar e também satisfazer as necessidades especiais dos países frágeis e dos países de rendimento baixo (LIC). Nos últimos dois anos o Banco aprofundou os seus esforços de integração de temas transversais como as questões de género, o ambiente e as alterações climáticas, em todas as suas operações. O Banco socorreu-se ainda do seu acervo de conhecimentos acumulados nos domínios da análise e da investigação, dos estudos económicos e sectoriais e das boas práticas baseadas na sua experiência operacional, para agilizar muitas destas respostas.

Para combater a pobreza e melhorar as condições de vida das populações do continente africano, o Banco tem centrado a sua actividade nas seguintes prioridades:

- Crescimento económico;
- Desenvolvimento humano;
- Género e desenvolvimento;
- Boa governação;
- Protecção do ambiente;
- Desenvolvimento do sector privado;
- Integração e Cooperação regional;

3.1.3. Departamento Regional e de País

O departamento regional e de país é guiado pela visão do banco em termos de desenvolvimento e redução da pobreza. É o departamento responsável pelas actividades do Grupo em vários países membros regionais. Estas responsabilidades consistem em desenvolver estratégias regionais e de país, a programação das actividades nos respectivos países, a afectação dos recursos nacionais entre as actividades sectoriais, finalizar empréstimos, coordenando programas de trabalho do país, recomendando a realização do diálogo com os governos, a consulta com outras partes interessadas e a realização de estudos analíticos.

Os principais produtos do departamento regional e de país são:

- Estratégias regionais e de países;
- Programas anuais de trabalho e orçamentos;
- Relatórios dos portfólios nacionais e regionais;
- A coordenação e gestão de carteiras regionais e nacionais;
- Relatório económico dos países;
- As contribuições para o trabalho de análise do sector;
- O apoio às entidades regionais e a representação do Banco em consórcios de doadores e reuniões.

Os departamentos regionais e de país são os seguintes:

Leste 1 (OREA): Burundi, Quênia, Ruanda, Tanzânia e Uganda.

Leste 2 (OREB): Comores, Djibuti, Etiópia, Somália, Sudão e Eritreia.

Oeste 1 (ORWA): Benim, Burkina Faso, Costa de Marfim, Gana, Níger e Nigéria.

Oeste 2 (ORWB): Cabo Verde, Gâmbia, Guiné-Conakry, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Senegal Serra Leoa e São Tomé e Príncipe.

Centro (ORCE): Camarões, República Centro Africano, Chade, República Democrática do Congo, República do Congo, Guine Equatorial e Gabão.

Norte 1 (ORNA): Egipto, Líbia e Tunísia.

Norte 2 (ORNB): Argélia, Mauritânia e Marrocos.

Sul 1 (ORSA): Botswana, Lesoto, Namíbia, África do Sul, Suazilândia e Zimbábwe.

Sul 2 (ORSB): Angola, Madagáscar, Malawi, Maurícias, Moçambique e Zâmbia.

3.1.4. Documento de Estratégia dos Países (CSP)

O Documento de Estratégia dos Países (CSP) é o documento mais importante no processo de programação do Banco. É o instrumento principal para a gestão da assistência do Banco aos países mutuários. Este documento visa fornecer o raciocínio estratégico e a justificação para a assistência do Banco ao nível do país.

O CSP analisa o contexto do país e define o objectivo e foco estratégico do Banco, com base na avaliação do desenvolvimento do país, oportunidades e ameaças bem como as vantagens comparativas do Banco. O documento também serve como um meio para traduzir os objectivos dos programas de assistência adaptados às necessidades específicas dos países membros do Banco, contribuindo assim para a realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e serve também para ajudar na eficácia dos Princípios da Declaração de Paris², nas suas estratégias e programas de assistência ao nível dos países.

O processo de iniciação do CSP inclui o alinhamento com as estratégias e prioridades nacionais de desenvolvimento dos PMR, a análise das restrições, das oportunidades e dos desafios e das lições aprendidas a partir da revisão da implementação do CSP anterior. As decisões de estratégia e as consultas são lançadas antes da elaboração do CSP onde são realizadas as missões de diálogo com os governos. Normalmente a sua preparação leva 4 a 6 meses a ser finalizado.

² A Declaração de Paris realçou cinco princípios importantes destinados a orientar a prestação da ajuda: propriedade, alinhamento, harmonização, gestão dos resultados e responsabilidade mútua. A Declaração de Paris desafia as organizações multilaterais e bilaterais a trabalhar nos próximos cinco anos para se alinhar às estratégias e procedimentos dos países a que elas atendem. Para que isso seja possível, os próprios países precisam estar equipados com as ferramentas adequadas para lidar com o que será um enfoque homólogo das principais instituições de desenvolvimento mundiais.

3.2. Relação entre o Grupo Banco Africano de Desenvolvimento e São Tomé e Príncipe

São Tomé e Príncipe tornou-se membro do Grupo Banco Africano de Desenvolvimento em 1976. Desde 1977, o Banco aprovou 26 operações para São Tomé e Príncipe, num montante líquido aproximado de 100 milhões de UC³ (cerca de 117 milhões de euros) no âmbito do FAD (98.9%), e uma operação no âmbito da Trust Fund da Nigéria (TFN) no montante líquido de 1 milhão de UC. Os sectores que beneficiam do financiamento do Banco são: agricultura (24%), transporte (23%), multisectorial (22%), sector social (20%) e utilidades públicas (9%). Estas operações têm ajudado a construir e reabilitar economias básicas, infra-estruturas sociais (estradas, aeroporto, electricidade, água, escolas e centros de saúde), permitindo deste modo, reforçar as capacidades económicas e institucionais. O Banco tem um programa nacional desde 1999.

A carteira activa de São Tomé e Príncipe junto ao Banco é composta por duas operações num montante líquido de 8 milhões de UC (cerca de 9,325 milhões de euros), 50% deste montante encontra-se atribuído ao projecto de apoio ao Desenvolvimento de Recursos Humanos e os outros 50% ao Projecto de Apoio Pecuária II.

O banco tem dois projectos activos no âmbito de desenvolvimento recursos humanos e agricultura (segunda fase do desenvolvimento do projecto de desenvolvimento pecuária), iniciados em 2005 e 2006. Estes projectos estão em conformidade com a ENRP, focando-se nos principais factores que afectam a pobreza. A segunda fase do Projecto de Desenvolvimento Pecuniária, financiado pelos recursos do FAD-X (2005-07), foi aprovada em Maio de 2006 e assinado em Julho de 2006. O Projecto de desenvolvimento de Recursos Humanos, foi financiado pelos recursos do FAD-IX (2001-2003) foi assinado em Junho de 2003 e iniciado em Março de 2005. Este projecto

³ Unidade de Conta (UA – Unit of Account) é uma moeda artificial composta por um cabaz de moedas internacionais também conhecida por DSE e utilizada por algumas organizações internacionais como denominação contabilística oficial.

é de capacitação multisectorial, abrangendo a alfabetização, informação e organização da comunidade.

3.2.1. Justificação para o Aumento de Ajuda à São Tomé e Príncipe

São Tomé e Príncipe é muito dependente da ajuda externa, o rendimento nacional não chega a cobrir as despesas públicas inevitáveis. Os donativos em 2009 representaram cerca de 74% dos recursos orçamentais, 19% do PIB, em 2009, após o alívio da dívida verificado⁴. Tudo indica que os donativos vão continuar a auxiliar o orçamento devido ao facto da base fiscal ser demasiado baixa para fazer face as despesas públicas e as receitas petrolíferas confirmarem a ser incertas.

Uma forte reforma da administração pública tem sido levado a cabo desde 2009, a fim de aumentar a transparência financeira, incluindo a aprovação do novo código de regulamentação em matéria de contratos públicos.

O Ministério dos Negócios Estrangeiros conjuntamente com o Ministério do Planeamento e das Finanças e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), lançaram um projecto conjunto para melhorar a coordenação das acções dos doadores bilaterais a fim de evitar a duplicação e sobreposição de fundos. Existe um esforço paralelo dentro do governo para melhorar a coordenação dos pedidos de fundos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades (MNECC), principal interlocutor das agências de ajuda humanitária, e do Ministério do Planeamento e das Finanças, interlocutor privilegiado dos doadores de ajuda multilateral. O quadro a seguir resume os sectores de intervenção dos diferentes parceiros bilaterais e multilaterais em São Tomé e Príncipe.

⁴ Após o perdão da dívida ao abrigo da Iniciativa HIPC.

Quadro 2: Sectores de intervenção dos doadores bilaterais e multilaterais em STP

Sector e subsector	PIB	Importância Exportação	Trabalho
Sector rural	19,40%	81%	aprox. 30% das famílias rurais
Stakeholders - Despesa Pública (programas ou projectos em curso)			
Governo	Doadores	Montante	Período
35%	FAO	0,9 milhões de USD	2007-2010
13 milhões de dólares (a confirmar)	FIDA	13,4 milhões de USD	2003-2015
	BAD	5,89 milhões de USD	2007-2011
	PAM	7,7 milhões de USD	2006-2011
	AFD	0,94 milhões de USD	2009-2012
	PNUD	0,65 milhões de USD	2007-2010
	UE	2,39 milhões de USD	2007-2010
	Coop. Espanhola	7,98 milhões de USD	2008-2011
Nível de coordenação de ajuda			
Existência de grupos de Trabalho Temáticos			Não
Existência de um programa sectorial global			Não

Fonte: Departamento estatístico do BAD

Apesar de São Tomé e Príncipe ter assinado a Declaração de Paris, apenas 12% da sua ajuda é concedida como apoio orçamental, a origem dos donativos é equilibrada entre países que pertencem ao Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD), da OCDE e países não-CAD, com destaque para Taiwan e Brasil. Os projectos desenvolvidos com o Taiwan têm sido muito eficazes no combate à malária, o Brasil em 2009 abriu uma linha de crédito de 5 milhões de USD destinada à importação de bens alimentares. No entanto, o objectivo de fornecer alimentos mais baratos tem esbarrado na taxa de câmbio desfavorável do euro face ao dólar.

A União Europeia é um importante doador, em especial para infra-estruturas e manutenção de estradas com uma afectação de 18,2 milhões de euros no âmbito do 10.º Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED 2008-2013). O Banco Mundial concedeu um subsídio no montante de 6,5 milhões de dólares em suporte do Projecto Social para ajudar o país a atingir os seus objectivos de desenvolvimento humano, também o financiamento de um Projecto de Capacitação e Boa Governação de Capacitação (no valor de 5 milhões de USD) para apoiar a gestão das finanças públicas de São Tomé e Príncipe e ajudar a construir o quadro institucional do sector de petróleo. O Banco Africano de Desenvolvimento tem centrado os seus programas de auxílio, no valor de 5.7 milhões de USD, na segurança alimentar. As prioridades para 2010/11 são a água e o saneamento. A unidade de coordenação entre o Programa Alimentar Mundial (PAM)

e o Programa para a Agricultura e para a Alimentação (FAO), das Nações Unidas, comprometeu-se com 475 mil dólares, para o período 2008/10, para reforçar a capacidade de combate à desertificação.

Segundo o FMI, foram atingidas a maior parte das metas para 2009 estabelecidas ao abrigo do programa apoiado pelo FMI. Contudo, a meta do défice orçamental foi excedida devido à quebra na receita e à despesa para sanear os atrasados do Governo à empresa de electricidade EMAE. O fraco desempenho da receita continuou no primeiro trimestre de 2010 e foi o principal factor subjacente ao défice nesse período que também excedeu a meta programada. O Governo e o corpo técnico do FMI concordaram em continuar as discussões sobre a segunda avaliação do ECF⁵ em simultâneo com a monitorização do desempenho fiscal no segundo trimestre de 2010.

A Nigéria abriu uma linha de crédito de 30 milhões de USD, em 2009, e retomou as remessas de petróleo subvencionado para o arquipélago. Durante uma reunião com o Primeiro-Ministro Rafael Branco, a Sociedade Nigeriana de Desenvolvimento Turístico manifestou um forte interesse na constituição de uma parceria com STP com vista a explorar o seu potencial turístico.

Angola assinou, em Novembro de 2009, vários acordos de cooperação cobrindo o período de 2009-2011, incluindo a abertura de uma linha de crédito destinada aos investimentos angolanos e são-tomenses, a formação profissional e a construção de 100 habitações sociais. A Índia ampliou uma linha de crédito de 5 milhões de USD e renovou um donativo de 1 milhão de USD para a instalação de um Instituto para o sector da indústria ligeira. A Índia prevê uma ajuda financeira e cooperação técnica para apoio à agricultura, reforço do sector dos hidrocarbonetos e das capacidades do sector da construção. São Tomé e Príncipe foi o 47º país africano a aderir à Rede Pan-Africana das autoridades indianas.

⁵ O Instrumento de Crédito Prolongado (*ECF*) veio substituir o Programa de Financiamento para Redução da Pobreza e Crescimento (*PRGF*) enquanto principal instrumento do FMI para o apoio financeiro de médio prazo a países de baixos rendimentos. Permite um maior nível de acesso a financiamento, melhores condições concessionais, mais flexibilidade na concepção de projectos e uma condicionalidade mais focalizada e estruturada. O financiamento ao abrigo do ECF tem actualmente uma taxa de juro zero, com um período de carência de 5 anos e meio e um prazo de dez anos. O FMI revê o nível das taxas de juro para todos os instrumentos concessionais a cada dois anos.

3.3. Missão de preparação da Estratégia Interina de Assistência do Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento para São Tomé e Príncipe

Devido a fraca capacidade financeira, forte dependência da ajuda externa e também para fazer face aos constantes desequilíbrios macroeconómicos, o Banco Africano de Desenvolvimento decidiu elaborar uma Estratégia Interina de Assistência 2010-2011 para o São Tomé e Príncipe. Neste sentido, conduziu-se uma missão de 11 a 18 de Junho de 2010 para o País, com o objectivo de discutir com o governos quais as áreas prioritárias estabelecidas no seu documento estratégico para a redução da pobreza, que também terá que obrigatoriamente se enquadrar nas áreas prioritárias de intervenção do Banco definidas na sua MTS 2008-2012. Por outro lado, o grupo do BAD aproveitou esta oportunidade para avaliar o resultado dos investimentos que têm sido feitos com os fundos da instituição.

Neste sentido, e para a elaboração do documento estratégico, a equipa de peritos reuniu-se com os mais altos representantes do governo afim de tomarem decisão e confirmarem as suas necessidades, nomeadamente Ex.^a o Sr. Primeiro-Ministro Rafael Branco, e manteve encontros de trabalho com a Ministra do Plano e Finanças, Dra. Ângela Santiago, Ministra da Justiça, Dra. Elsa Teixeira de Barros Pinto, o Governador do Banco Central de São Tomé (BCSTP) e Príncipe, Dr. Luís de Sousa, Ministro de Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural, Dr. Jorge de Bom Jesus, Ministro de Educação e da Cultura, Dr. Arlindo Vicente de Assunção.

De igual modo e para honrar com os compromissos de Declaração de Paris e Plano de Acção Accra⁶, em termos de coordenação esforços para uma absorção rápida e eficaz de ajuda aos países, A equipa realizou consultas com os parceiros de desenvolvimento, entre os quais o sistema das Nações Unidas, a Célula de Apoio ao Ordenador Nacional do Fundo Europeu de Desenvolvimento (União Europeia) e os parceiros bilaterais

⁶ Fórum de Alto Nível em Acra, Ghana: Ministros dos países em desenvolvimento e doadores responsáveis pela promoção do desenvolvimento nesses países e dirigentes bilaterais e multilaterais, endossaram um plano de acção em Acra, a 4 de Setembro 2008, com objectivo de acelerar e aprofundar a implementação da Declaração de Paris sobre a Eficácia da Ajuda.

(Portugal e Brasil). A equipa também reuniu com os membros da sociedade civil (sector privado e as associações juvenis e Federação das ONGs).

Durante as reuniões, falou-se dos grandes desafios que o país esta a enfrentar e como o BAD o poderá ajudar utilizando os seus instrumentos disponíveis. O diálogo incidiu também sobre a política de transformação de São Tomé e Príncipe numa plataforma de prestação de serviços na região do golfo da Guiné (desenvolvimento do turismo, a construção de um porto em águas profundas, etc.) e da contribuição do Banco para a concepção e implementação da nova estratégia de desenvolvimento económico e social no contexto da preparação do Documento Estratégia Interina de Assistência (CSP-I) 2012-2016.

Por outro lado, debateu-se sobre as questões cruciais de modo a melhorar o desempenho da carteira do Banco em São Tomé e Príncipe e os critérios para a Avaliação Institucional e Políticas de Países (CPIA), com especial ênfase na implementação das conclusões e recomendações do PEFA 2010⁷ (ver o anexo 4).

3.3.1. Problemas chaves da economia e oportunidades de desenvolvimento

São Tomé e Príncipe enfrenta dificuldades geográficas e económicas que pesam sobre o seu desenvolvimento económico e social. Agravada pela insularidade (distância, dificuldade de acesso e de entrega, baixas economias de escala, etc.) juntamente com a falta de infra-estruturas de base (tais como o fornecimento de energia eléctrica fiável, acesso a água potável, portos e aeroportos modernos e rede rodoviária em bom estado).

⁷ CPIA - Country Policy and Institutional Assessment: avalia a qualidade da política actual do país e o quadro institucional. "Qualidade" refere-se à forma como esse quadro é propício para promover a redução da pobreza, o desenvolvimento sustentável e a utilização eficaz da ajuda ao desenvolvimento. As classificações CPIA são utilizadas no processo de atribuição de ODA e de várias outras actividades da instituição.

A avaliação CPIA de São Tomé e Príncipe que em 2009 se situou-o em 3.43, com uma ligeira melhoria em comparação aos anos anteriores (3.18 em 2007, 3.38 em 2008), introduzido na sequência dos progressos no desempenho da gestão orçamental.

PEFA - Public Expenditure Financial Accountability (Banco Mundial)

Estes custos, estimados entre 10 e 15% de PIB⁸, afectam fortemente a competitividade de todos os sectores da economia.

Nesta fase, a reabilitação dos transportes marítimos (a construção do porto em águas profundas, o transporte entre as ilhas, etc.) e aéreo (ampliação do aeroporto), bem como as telecomunicações e a energia (os esforços de recuperação e Investimento da Companhia Santomense de Telecomunicações (CST) e *EMAE*) e da reabilitação de infra-estruturas rodoviárias foram identificadas como áreas prioritárias para a redução de custos de insularidade.

Em seguida, a vulnerabilidade económica, provocada pela baixa capacidade de resposta a choques externos e o facto do mercado doméstico ser pequeno, finalmente, a fraca dotação em recursos humanos.

Para superar estas limitações, as autoridades reorientaram a sua estratégia global para o desenvolvimento do potencial turístico e a nova política agrícola como fonte de crescimento, o aproveitamento da posição geoestratégica para tornar o país numa plataforma de prestação de serviços para a região, e a promoção da boa governação, em particular na gestão das receitas petrolíferas. Esta visão inclui a futura criação de uma zona de comércio livre, de facilidades portuárias de transbordo, a promoção da pesca e a construção de um novo porto de águas profundas em Fernão Dias, no distrito de Lobata.

O quadro 3, visa identificar pontos fortes/fracos e oportunidades/ameaças (análise SWOT) para o desenvolvimento do arquipélago (o quadro 4 apresenta um resumo das forças motrizes apresentados anteriormente).

⁸ Estudo realizado pela empresa portuguesa de consultoria Ogimatech, financiando pelo BAD através do fundo português.

Quadro 3: Analise SWOT

São Tomé e Príncipe	
Pontos fortes	Pontos fracos
<ul style="list-style-type: none">• Posição geográfica• População jovem• Qualidade de vida• Qualidade do Património Natural• Acordos Internacionais	<ul style="list-style-type: none">• Insularidade• Vulnerabilidade aos impactos adversos das alterações e variabilidades climáticas• Recursos Humanos limitados• Insuficiente base infra-estrutural• Insegurança alimentar• Segurança marítima
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none">• A nova política agrícola• Mercado para Ecoturismo• Potencial de recursos do mar• Petróleo• Investimento Estrangeiro	<ul style="list-style-type: none">• Vulnerabilidade económica• Custos de alimentação e saúde• Dependência em fontes externas de financiamento• Custos de alimentação e saúde• Concorrência aos produtos regionais

Fonte: Analise SWOT elaborada com base no relatório do custo de insularidade da Ogimatech

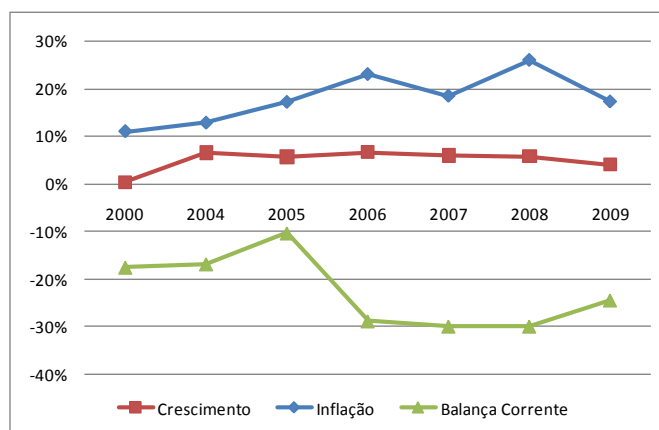
3.4. Análise do Impacto do Documento Estratégico de Países do Grupo Banco Africano de Desenvolvimento

3.4.1. CSP 2005-2009

O período vigente do CSP foi caracterizado por um desempenho macroeconómico irregular, o crescimento económico tem evidenciado, desde o início da década, um ritmo elevado e sustentado, não obstante o abrandamento que se terá verificado em 2008 (para 5.8%, em termos de PIB), a inflação a rondar os dois dígitos, (de 2005 até 2006 a taxa aumentou para 21% e em 2008 atingiu os 23%), e um agravamento da balança de transacções correntes (ver a Figura 4: Crescimento, inflação e a Balança Corrente). Em termos das finanças públicas, o governo implementou diversas reformas orçamentais, com objectivo de melhorar a capacidade administrativa do sector público,

a execução orçamental, agilizar os mecanismos de gestão das receitas petrolíferas e melhorar as regulamentações fiscais do sector privado.

Figura 4: Crescimento, inflação e a Balança Corrente



Fonte: Elaborado pelo autor

	2000	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Inflação	11%	12,8%	17,2%	23,1%	18,5%	26,1%	17,3%
PIB real	0,4%	6,6%	5,7%	6,7%	6,0%	5,8%	4,1%
Balança conta	-17,5%	-16,8%	-10,3%	-28,8%	-29,9%	-29,9%	-24,4%

Fonte: Departamento Estatística do BAD, Fundo Monetário Internacional, Setembro 2009

A estratégia de intervenção do Banco para São Tomé e Príncipe, durante o período 2005-2009 foi baseada em dois pilares:

1. Redução da pobreza em áreas rurais através da diversificação da base produtiva e melhoria do acesso às infra-estruturas básicas;
2. Promoção da boa governação na gestão das finanças públicas, através da sustentabilidade da governação política e económica, do quadro macroeconómico e a execução do ENRP.

Durante o período do CSP de 2005-2009, o Banco utilizou um orçamento total de 6,012 milhões de euros para ajudar o desenvolvimento de São Tomé e Príncipe. A afectação total para a sua implementação incluiu uma parte dos recursos afectadas no âmbito do

FAD X (2005-2007) e uma parte no âmbito da afectação do FAD XI (2008-2010). As áreas principais de realce durante o ultimo CSP foram:

Quadro 4: Áreas de intervenção do CSP 2005-2009

Áreas de compromisso		Centro de Atenção
Reduzir a pobreza rural	Diversificação da base produtiva	Apoiar os esforços do Governo na luta contra a pobreza, através da diversificação da base produtiva e melhoria das taxas de acesso à infra-estrutura básica nas áreas rurais
	Melhorar o acesso às infra-estruturas básicas	
Promover a Governação e Gestão Económica	Governação política e económica	Apoiar os esforços do governo para melhorar a gestão financeira pública, através do apoio às reformas macroeconómicas e ao apoio institucional sob a forma de apoio ao programa de reforma económica e de governação (PREG) ou projecto de apoio à governação.
	Sustentabilidade das políticas macroeconómicas e financeiras	
	A aplicação efectiva do ERNP	

Aprender da experiência

Os resultados do primeiro pilar CSP devem ser avaliados com base em alguns indicadores dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) e contribuição dos Projecto de Apoio ao Desenvolvimento Pecuária II, o de Recursos Humanos do Projecto de Apoio ao Desenvolvimento e à Água Potável e Saneamento II para alcançar esses objectivos. Os resultados do segundo pilar será por sua vez, avaliada após a implementação de uma série de reformas da governação política e económica, a sustentabilidade macroeconómica e avaliação da execução da ENRP.

Os resultados relativos ao pilar I são inconclusivos devido a falta de dados disponíveis relativamente aos indicadores das taxas de redução da pobreza e do desemprego. Em

contrapartida, os indicadores relacionados à melhoria de acesso aos serviços sociais básicos (educação, alfabetização, mortalidade infantil e saúde materna, etc.) situam-se ligeiramente abaixo dos dados divulgados 2009 (ver quadro 5). A implementação dos projectos seleccionados para este pilar registou resultados insatisfatórios. O pilar II tem resultados mistos: alguns progressos em matéria da boa governação, mas deficiências no quadro legal e regulamentar do sector privado e no acompanhamento e avaliação do DRSP.

Quadro 5: Evolução de indicadores adoptados para o período 2005-2009

Objectivos	Metas	Indicadores	Ano	Actividades Planeadas	Resultados
Pilar I: Diversificação da Base Produtiva					
Erradicar a extrema pobreza e fome	Reduzir para metade o número de pessoas que vivem com menos de um dólar por dia.	Pobreza Rural	64.9% (2001)	0,45	Indisponível
	Alcançar o emprego pleno produtivo e o trabalho decente para todos, incluindo mulheres e jovens.	Taxa de desemprego Jovem	60% (2004)	0,39	Indisponível
Pilar II: Melhorar o acesso às infra-estruturas básica					
Alcançar o ensino primário universal	Garantir que, até 2015, todas as crianças, de ambos os sexos, tenham a oportunidade de completar a escolaridade primária.	Taxa de matrículas na educação primária	60% (2004)	0,85	84.1% (2007)
	Garantir que todos os adolescentes completem o ensino primário.	Taxa de alfabetização de jovens	81.1% (2002)	0,92	84.1% (2005)
Reduzir a mortalidade infantil	Reduzir em dois terços a taxa de mortalidade abaixo dos 5 anos	Taxa de mortalidade materna	101.6% (2002)	0,88	75.7 % (2006)
Melhorar a saúde Materna	Reduzir em três quartos até 2015, a taxa de mortalidade materna.	Taxa de natalidade assistida	75% (2002)	0,75	-

Fonte: BAD - Relatório Final do Documento de Estratégia Países 2005-2009

Podemos verificar, que a falta de dados dificulta a avaliação da tendência dos indicadores cujo ano base difere. Também em termos de resultados não temos dados para o pilar I. Os anos base para o Pilar II são inconsistentes, sem indicadores para o ano 2009, ano de referência, mas o mesmo acontece para os anos 2005,2006 e 2007.

3.4.2. Estratégia Futura – A abordagem do Pilar

No quadro da Estratégia Interina de Assistência (CSP-I) à São Tomé e Príncipe, que cobrirá o período 2010-2011, o Banco com a base na experiência passada, decidiu focalizar a sua estratégia de intervenção em dois pilares: (i) reforço das capacidades na administração pública e o (ii) apoio à segurança alimentar. Ele continuará também a sublinhar as duas questões transversais através de todos os compromissos.

Pilar I: reforço das capacidades na administração pública – visa contribuir para o desenvolvimento do sistema de planificação do desenvolvimento do país e apoiar a elaboração do segundo documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (ENRP II).

Esse reforço das capacidades visará essencialmente o Ministério do Plano e Finanças, nomeadamente a sua função estratégica e o documento de preparação da Estratégia Nacional da Redução da Pobreza II. Destina-se também a apoiar um certo número de estudos ligados aos sectores estratégicos necessários à decisão, orientação e planificação deste país. O financiamento será de 2,5 milhões de Unidade de Conta (três milhões de euros).

Pilar II: apoio à segurança alimentar – o Banco financiará um projecto de reabilitação de infra-estruturas de apoio à produção no sector agrícola, através do desenvolvimento de infra-estruturas básicas (pistas, pontos de desembarque, irrigação, unidades de conservação e processamento do produto, canais de comercialização, etc.) que garantam a segurança nas áreas de comunidades vulneráveis (camponeses e pescadores), no montante total de 5 milhões de UC.

Em 2012 o Banco espera ver os resultados destes investimentos e em função das estratégias do Governo para longo prazo, o Banco poderá apoiar com mais recursos financeiros importantes e muito mais produtivos. Os dois pilares acima mencionados, vão de acordo com as prioridades do Banco definidas no seu MTS 2008-2012.

3.5. Actividades desenvolvidas no âmbito do estágio curricular

O estágio foi desenvolvido no departamento regional da África Ocidental (cobertura de 9 países⁹) do Banco Africano de Desenvolvimento, com um período de duração de 6 meses, cujo objectivo é proporcionar ao estagiário a vivência de situações reais do mundo corporativo, facilitando a sua inserção neste ambiente, tomando parte das várias actividades desenvolvidas pelo BAD.

Nesta oportunidade auxiliei nos trabalhos de pesquisa dos meus supervisores, principalmente dados macroeconómicos e programas internacionais de desenvolvimento dos países cobertos pelo departamento; Análise da situação económica e financeira de São Tomé e Príncipe, e elaboração do relatório do país; Auxílio na revisão da carteira de São Tomé e Príncipe; Participação na coordenação do novo Documento de Estratégia País (CSP) para São Tomé e Príncipe, incluindo a participação na missão de diálogo com o governo, os doadores (incluindo o Sistema das Nações Unidas e Cooperação Portuguesa), a sociedade civil, etc.; Auxílio na organização e participação da missão de elaboração do novo Documento de Estratégia de Integração Regional para a CEDEAO.

No início do estágio, foram desenvolvidas actividades que se traduziram na realização de pesquisas e de consultas de documentos que visaram obter um maior conhecimento sobre a missão, papel e funcionamento do BAD; Neste sentido a actividade realizada estava relacionada com os estudos dos princípios, eixos, áreas de intervenção e tipos de cooperação desenvolvida com os parceiros do BAD, bem como a função dos departamentos regionais.

Em seguida foram desenvolvidas actividades de elaboração de relatórios de análise económica do país e consultas de documentos que me permitissem obter um conhecimento aprofundado sobre o desenvolvimento económico de São Tomé e Príncipe, bem como programas e políticas de desenvolvimento do governo.

⁹ Cabo-Verde, Gâmbia, Guiné-Conakry, Guiné-Bissau, Mali, Libéria, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa.

Numa fase posterior do estágio, houve uma abordagem com vista à familiarização com o processo de elaboração do documento de estratégia país do Grupo do Banco, sendo este o documento mais estratégico para a intervenção do Banco no país. As actividades desenvolvidas estão relacionadas com a participação em conjunto com a equipa país na execução de tarefas na preparação do material com vista a apresentação oficial do novo documento de estratégia país (CSP-I) 2010-2011 para São Tomé e Príncipe. A participação no âmbito da elaboração deste documento foi centrada nas tarefas de recolha de um conjunto de informações macroeconómicas do país, e informações a cerca da execução dos projectos financiados no âmbito do CSP anterior. Durante a missão de diálogo, as minhas tarefas estavam centradas na recolha e análise dos vários documentos/relatórios fornecidos pelos ministérios visitados e a elaboração do *Aid Memoire*.

Capítulo IV – Conclusão

O CSP como o documento mais estratégico para a intervenção no País não teve o sucesso que desejaria. A implementação do CSP 2005-2009 foi seriamente afectada pela instabilidade política do país, cujo impacto não pode ser facilmente avaliado, devido à falta de dados, apesar da existência de um Instituto Nacional de Estatística e de um Observatório de Redução da Pobreza. Desenvolver a questão da dificuldade de quantificar os impactos das políticas de desenvolvimento porque não há referências estatísticas nos dados base de referência. É necessário reforçar capacidade nesta área.

Entretanto foram registados alguns progressos na área da governação económica. Grandes esforços serão necessários em termos de capacitação, acompanhamento/avaliação, melhoria do ambiente institucional e reforma das empresas públicas.

O BAD tem o potencial de influenciar as perspectivas de desenvolvimento de São Tomé e Príncipe. Contudo necessita de criar um clima de confiança e aprender com as experiências adquiridas, bem como basear-se nessas experiências. O BAD não está sozinho nesta tarefa, a qual exige uma acção cooperativa de todos os agentes que intervêm no país.

Apesar das dificuldades provocadas pela instabilidade política do país, o BAD pode melhorar a eficácia das suas intervenções, mas para esse efeito recomenda-se:

- a reformulação da estrutura do CSP e dos projectos e reformular os pilares prioritários e a adaptação às necessidades de São Tomé e Príncipe;
- o número dos pilares estratégicos tem que coincidir com o nível da afectação;
- a nível da concepção das operações, deverá haver uma garantia na qualidade de entrada, para simplificar a instalação de projectos técnicos, criando condições para facilitar o seu lançamento (que limitam a sua execução, aceleração do primeiro desembolso, etc.);
- adaptar os métodos de aquisição ao contexto local e estabelecer acordos institucionais baseados em estruturas que já provaram a sua eficácia;

- activação do estatuto de estado frágil, dado às restrições que o país enfrenta em termos de limitação da capacidade institucional da administração pública, incluindo o planeamento estratégico, a fim de permitir o acesso às Facilidades de Estados Frágeis proveniente do Pilar III;
- criação de um escritório de representação local para um melhor acompanhamento e coordenação dos projectos.

Os conhecimentos e as aprendizagens adquiridos no 1º e 2º ciclo contribuíram de forma decisiva para o meu desempenho no estágio, principalmente aqueles que foram adquiridos durante 2º ciclo. Os conhecimentos académicos serviram de instrumentos essenciais para a realização do estudo da análise económica e social de São Tomé e Príncipe.

Considero que os objectivos do estágio foram muito claros e bem formulados, e o conteúdo do estágio completamente adequado. Quanto as actividades desenvolvidas foram extremamente úteis, principalmente a minha missão a São Tomé e Príncipe que foi decisiva na compreensão de todo o processo de avaliação e preparação do CSP que reflectirá de uma forma mais adequada a relação do Banco com São Tomé e Príncipe. Demonstrei ter capacidade de adaptação e consegui integrar-me com facilidade num ambiente multilateral de relações laborais.

Considero que o estágio foi extremamente útil e acredito que a autonomia e os conhecimentos técnicos adquiridos durante o estágio são mais-valias para uma carreira promissora.

Bibliografia

African Development Bank. (2009). *Annual Report 2009*. Tunis, AfDB.

African Development Bank. (2001). *Perfil da Pobreza de São Tomé e Príncipe*. BAD São Tomé.

African Development Bank. (2008). *Medium Term Strategy Paper 2008-2012*. Tunis, AfDB.

African Development Bank. (2009). *Sao Tome & Principe, Country Strategy Paper 2005-2009*. Tunis, AfDB.

Arndt, H. W. (1985) — “*The Origins of Structuralism*”. *World Development*, Vol. 13, Nº 2: 151-159

Ardnt, H. (1987). *Economic Development: The History of an Idea*. The University of Chicago Press. Chicago.

Artadi, E. e Sala, X (2003). *The economic tragedy of XXth century: Growth in Africa*. Working Paper nº 9865, NBER. Cambridge.

Banco Portugal.– *Evolução das Economias dos PALOP e Timor-Leste 2008/2009*. Portugal.

Colin G. Clark (1940, 1951, 1957), *Conditions of Economics Progress*, MacMillan, London

Deng, L (1998). *Rethinking African Development*. Africa World Press, Inc. Eritrea.

Global Insight. (2010). *IHS Global Insight Report: Sao Tome and Principe (Country Intelligence)* disponível em www.ihsglobalinsight.com

Instituto Nacional de Estatística de São Tomé e Príncipe (varias edições). São Tomé

Fundo Monetário Internacional. (2010). *Country Report São Tomé and Príncipe* - Washington, DC: FMI.

Huntington, Samuel. (1996). *Increasing participation of developing countries in global financial governance*. Manuscript.

Lewis, W. A. (1954) — “*Economic Development with Unlimited Supplies of Labour*”. The Manchester School, Vol. XXII, Nº 2: 139-91.

Maia, M. E. R. (1999). *Cenários para o Sistema Financeiro Internacional*. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Instituto de Ciência Política e Relações Internacionais, Universidade de Brasília. Brasília.

Ministério do Plano e Finanças. (2009). – ‘*Plano Estratégico de Desenvolvimento para a Redução da Pobreza*’ – São Tomé e Príncipe.

North, Douglass (1989). - “*Institutions and Economic Growth: An Historical Introduction*” World Development, vol. 17, nº 9: 1319-1332.

North, Douglass (1990) - *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. Cambridge (UK), Cambridge University Press.

North, Douglass (1995) - “*The New Institutional Economics and Third World Development*” in John Harriss, Janet Hunter e Colin M. Lewis (eds.), *The New Institutional Economics and Third World Development*, Londres e Nova Iorque, Routledge, pp. 17-26.

Nurkse, R. (1953), *Problems of Capital Formation in Underdeveloped Countries - Countries, Investment, Development, Poverty, Underdeveloped, and Capital*. New York.

OCDE. *DAC Statistics Online Database*. <http://stats.oecd.org/qwids/>.

OCDE e AfDB. (2010) *African Economic Outlook 2010*. Paris e Addis Abeba: OCDE e AfDB.

So, Alvin (1990) *Social Change and Development: modernization, dependency, and world-systems theorie*.

Todaro, M. (2002). *Economic Development*.

United Nations Development Program. (2009). *Human Development report 2009: overcoming barriers*. UNPD. New York.

World Bank. *Multilateral Development Banks* in <http://web.worldbank.org/>.

World Bank. (2008). *Worldwide governance indicators*. WB Washington D.C. : http://info.worldbank.org/governance/wgi/sc_country.asp.

World Bank. (2010); *Doing business 2010: reforming though difficult times*. WB Washington D.C

World Economic Forum. (2009). *The Africa competitiveness report 2009*. WEF. Geneva.

Anexos

Anexo I: Indicadores Socioeconómicos de São Tomé e Príncipe

Quadro 6: Indicadores de Desenvolvimento

São Tomé e Príncipe - Indicadores de Desenvolvimento				
Indicadores Sociais	São Tomé e Príncipe		África	Países em desenvolvimento
	1990	2008*		
Superfície (000 km ²)	1		30 323	80 976
População	0,1	0,2	985,7	5 523,40
Crescimento anual da População (%)	2,2	1,6	2,3	1,4
Esperança média de vida à nascença - Total (anos)	62,3	65,6	54,5	65,7
Taxa de mortalidade Infantil (para 1000)	81,7	71,9	83,9	53,1
Números de médicos (por 1000 habitantes)	53	54	39,6	78
Partos assistidos por pessoal de saúde qualificado (%)	63	80,7	55	39
Taxas de vacinação contra Sarampo (% crianças entre 12-23 meses)	71	86	83	76
Taxa de escolarização primária (% bruto)	...	130,2	75,9	106
Rácio rapazes/raparigas na escola primária (%)	...	98,2	68	100
Taxa de alfabetização (% da população > 15 anos)	...	87,9	38	26,6
Acesso à água potável (% da população)	...	24	38	33
Valor do IDH (Ranking 179 País)
Índice de Pobreza Humana (IPH-1) (% da população)	...	13,3	3,3	...
Indicadores macroeconómicos	São Tomé e Príncipe			
	2000	2008	2009	2010**
Crescimento real do PIB	0,4	5,8	4	4
Inflação medida pelo IPC	11	26,1	10,3	
Saldo Orçamental % PIB	-27,3	17,5	36,2	5,5
Balança Corrente % PIB	17,5	-29	-24,4	-26
Comércio	2001	2008	2009	2010**
Balança Comercial	-30	-46,8	-34,5	-36,6
Exportação de bens (f.o.b.)	4,3	5,8	6,4	5,8
Importação de bens (f.o.b.)	34,3	52,6	40,9	42,4
Serviços	-14,7	-11,5	-14	-10,6
Rendimento dos Factores	-2,1	2,3	1,7	1,5
Transferências Correntes	24,1	27,1	22,4	19,6
Balança Corrente	-22,7	-29	-24,4	-26
Desenvolvimento do Sector Privado e Infraestrutura	2000	2006	2007	2008
tempo necessário para abrir um negócio (dias)	...	144	144	144
Índices de proteção dos investidores (0-10)	...	3,3	3,3	3,3
Assinantes de telefones fixos (por 1000 hab.)	32,8	49	48,8	48,1
Utilizadores de internet (por 1000 hab.)	...	118,6	190,9	305,9
Estradas pavimentadas (% total das estradas)	68,1
Ferrovieária, mercadorias transportadas (milhão ton.-km)

Fonte: Departamento de estatística do BAD, a partir fontes nacionais e internacionais.

* Ano mais recente

** Previsão

Anexo II: Ajuda Externa

Quadro 7: Resumo das principais áreas de intervenção dos parceiros de desenvolvimento de STP.

Doadores	Áreas de intervenção
União Europeia	Transporte
BAD	Pecuária, Recursos Humanos
Banco Mundial	Educação, Saúde, Reforço da Capacidade nas Instituições Públicas
FAO	Agricultura, Estratégias, Apoio Institucional, Pesca
PAM	Educação Primária
PNUD	Abastecimento de Água, Habitação, Assistência Técnica, Ambiente
FIDA	Agricultura, Pequenas Irrigações, Pesca Artesanal, Sector Orgânico
AFD	Agricultura Familiar
Cooperação Espanhola	Pecuária
Cooperação Japonesa	Equipamentos de Pesca
Cooperação Taiwanesa	Agricultura, Saúde, Apoio Orçamental
Cooperação Portuguesa	Educação, Saúde, Apoio Orçamental
Cooperação Brasileira	Educação e Trabalhos Públicos
Cooperação Nigeriana	Petróleo

Fonte: Elaborado pelo autor com base nas informações retiradas no Banco Central de São Tomé e Príncipe

Quadro 8: Ajuda Oficial de Desenvolvimento (ODA) para STP pelos doadores em 2008

Doador	Milhões de USD 2008	Percentagem
Portugal	12.7	22,7%
Banco Mundial (IDA)	8.8	15,7%
Comissão Europeia	4.1	7,3%
Fundo Global	2.7	4,8%
França	2.2	3,9%
Espanha	1.7	3,0%
Bélgica	1.4	2,5%
PNUD	0.9	1,6%
UNICEF	0.7	1,3%
FNUAP	0.6	1,1%
BAD (FAD)	0.5	0,9%
Italia	0.2	0,4%
EUA	0.2	0,4%
GEF	0.1	0,2%
Korea	0.1	0,2%
Japão	0.1	0,2%
Total ODA	55,9	32%

Fonte: Estatísticas OCDE 2009

Anexo III: Evolução de São Tomé e Príncipe em relação aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

OBJECTIVOS/METAS	OBJECTIVOS SERÃO ALCANÇADOS		AMBIENTE DO APOIO
	Provável	Improvável	
Erradicar a extrema pobreza e a fome			
Reduzir para metade, entre 1990 e 2015, a proporção de pessoas cujo rendimento é menor que 1 dólar por dia		Improvável	Baixa
Reduzir para metade, entre 1990 e 2015, a proporção das pessoas que sofre de fome		Improvável	Baixa
Acelerar o desenvolvimento			Baixa
Atingir o ensino básico universal			
Assegurar, até 2005, que as crianças em toda a parte, tanto dos rapazes como das raparigas, conseguirão concluir um curso completo de ensino primário	Provável		Baixa
Promover a igualdade entre sexos e a autonomia das mulheres			
Eliminar a disparidade de género nos ensinos primário e secundário, de preferência até 2005, e em todos os níveis de ensino até 2015		Improvável	Baixa
Reduzir a mortalidade infantil			
Reduzir em dois terços, entre 1990 e 2015, a taxa de mortalidade de menores de cinco anos	Provável		Baixa
Melhorar a saúde materna			
Reduzir em três quartos, entre 1990 e 2015, a taxa de mortalidade materna	Provável		Baixa
Combater o HIV, a malária e outras doenças			
Parar até 2015 e começar a inverter a propagação do HIV/SIDA	Provável		Baixa
Parar até 2015 e começar a inverter a incidência da malária e outras doenças principais	Provável		Baixa
Garantir a sustentabilidade ambiental			
Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas dos países e inverter a perda de recursos ambientais			Baixa
Reduzir para metade, até 2015, a proporção de pessoas sem acesso sustentável a água potável			Baixa
Alcançar, até 2020, uma melhoria significativa na vida de pelo menos 100 milhões de habitantes de bairros degradados			Baixa
Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento			
Continuar a desenvolver um sistema comercial e financeiro aberto, baseado em regras, previsível e não discriminatório			Baixa
Enfrentar as necessidades especiais dos países interiores e dos pequenos estados insulares em desenvolvimento			Baixa
Tratar os problemas da dívida dos países em desenvolvimento de forma compreensiva, através de medidas nacionais e internacionais			Baixa
Desenvolver e executar estratégias para um trabalho digno e produtivo para os jovens			Baixa
Prover acesso a medicamentos essenciais e a preços comportáveis nos países em desenvolvimento			Baixa

Fonte: Segundo Relatório Nacional de ODM de STP, Outubro de 2008

Anexo IV: Classificação do CPIA São Tomé e Príncipe 2007-2009

Ano	A. Gestão Económica			B. Políticas Estruturais		
	1	2	3	4	5	6
	Gestão Macroeconómica	Política Orçamental	Políticas da Dívida Pública	Integração Regional e Comércio	Sector Financeiro	Quadro regulamentar do negocios
2009	3,5	3,5	3,5	4	3,5	3
2008	3,5	3,5	3,5	4	3	3
2007	3,5	3	3	4	3	3

C. Políticas de Inclusão Social/Equidade					D. Gestão do Sector Público					Nota Global (Min 1-Max 6)
7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	
Igualdade de Género	Equidade na Utilização dos Recursos Públicos	Recursos Humanos	Protecção Social e do Trabalho	Políticas Institucionais para a sustentabilidade ambiental	Direitos de propriedade e Governança	Qualidade da Gestão Orçamental e Financeira	Eficiência na Mobilização de receitas	Qualidade da Administração Pública	Transparência, Responsabilidade e Corrupção no Sector Público	
3,5	3,5	3,5	3	3	3	3,5	3	3	3,5	3,43
3,5	3,5	3,5	3	3	3	3,5	3	3	3	3,38
3,5	3,5	3	2,5	3	3	3	3,5	3	3	3,18